



TRT-RN: TÉCNICO JUDICIÁRIO
Área Administrativa

SIMULADOS

FOCADO NA BANCA FCC

AMOSTRA GRÁTIS

Q2

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% OFF: [CLIQUE AQUI AGORA!](#)

APRESENTAÇÃO

Fala, Futuro(a) **servidor do TRT-RN!** Tudo bem?

Seja bem-vindo ao nosso pacote de simulados pós-edital focado na banca FCC para o concurso do TRT-RN.

VEJA ABAIXO COMO FUNCIONA NOSSO PACOTE DE SIMULADOS:

No total serão 4 simulados com questões de **ALTA RELEVÂNCIA** que poderão cair na sua prova. Os simulados vão envolver as matérias de **Português, Direito das Pessoas com Deficiência, Sustentabilidade, Google Worspace, Código de Ética, Regimento Interno, Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho, Direito Constitucional, Direito Administrativo e Administração e Gestão, Direito Civil e Processual Civil.**

PONTOS IMPORTANTES DO PACOTE DE SIMULADOS:

- Cada simulado terá **60 questões** e o comentário de cada questão disponível no final do simulado!
- Os **4 simulados** serão Liberados de imediato no módulo 1.

Bons estudos e aproveite nossa amostra! **Temos certeza de que será uma ferramenta de grande efetividade!**

Vamos Quebrar tudo!

Equipe **Quebrando Questões.**

PORTUGUÊS

01) Atenção: Considere o poema do escritor paraibano Augusto dos Anjos para responder à questão.

Como um fantasma que se refugia
Na solidão da natureza morta,
Por trás dos ermos túmulos, um dia,
Eu fui refugiar-me à tua porta!

Fazia frio e o frio que fazia
Não era esse que a carne nos conforta...
Cortava assim como em carniçaria¹
O aço das facas incisivas corta!

Mas tu não vieste ver minha Desgraça!
E eu saí, como quem tudo repele,
- Velho caixão a carregar destroços -
Levando apenas na tumbal carcaça
O pergaminho singular da pele
E o chocalho fatídico dos ossos!

(ANJOS, Augusto dos. Toda poesia. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011)

¹carniçaria: açougue.

Verifica-se rima (ou seja, coincidência final de sons) entre palavras de mesma classe gramatical em:

- A) fazia/carniçaria (2ª estrofe).
- B) conforta/corta (2ª estrofe).
- C) repele/pele (3ª /4ª estrofes).
- D) refugia/dia (1ª estrofe).
- E) morta/porta (1ª estrofe).

02) Atenção: Leia o texto “Liberdade e necessidade ao revés”, de Eduardo Giannetti, para responder à questão.

“Por meios honestos se você conseguir, mas por quaisquer meios faça dinheiro”, preconiza - prenhe de sarcasmo - o verso de Horácio. Desespero, precisão ou cobiça, dentro ou fora da lei: o dinheiro nos incita a fazer o que de outro modo não faríamos. Suponha, entretanto, um súbito e imprevisto bafejo da

fortuna - um prêmio lotérico, uma indenização milionária, uma inesperada herança. Quem continuaria a fazer o que faz para ganhar a vida caso não fosse mais necessário fazê-lo? Estamos acostumados a considerar o trabalho como algo a que nos sujeitamos, mais ou menos a contragosto, para obter uma renda - como um sacrifício ou necessidade imposta de fora; ao passo que o consumo é tomado como a esfera por excelência da livre escolha: o território sagrado para o exercício da nossa liberdade individual. A possibilidade de satisfazer, ainda que parcialmente, nossos desejos e fantasias de consumo se afigura como a merecida recompensa - ou suborno, diriam outros - capaz de atenuar a frustração e aliviar o aborrecimento de ocupações que de outro modo não teríamos e não nos dizem respeito.

Daí que, na feliz expressão do jovem Marx, “o trabalhador só se sente ele mesmo quando não está trabalhando; quando ele está trabalhando, ele não se sente ele mesmo”. - Mas, se o mundo do trabalho está vedado às minhas escolhas e modo de ser; onde poderei expressar a minha individualidade? Impedido de ser quem sou no trabalho - escritório, chão de fábrica, call center, guichê, balcão - , extravaso a minha identidade no consumo - shopping, butique, salão, restaurante, showroom. Fonte de elã vital, o ritual da compra energiza e a posse ilumina a alma do consumidor. A compra de bens externos molda a identidade e acena com a promessa de distinção: ser notado, ser ouvido, ser tratado com simpatia, respeito e admiração pelos demais. Não o que faço, mas o que possuo - e, sobretudo, o que sonho algum dia ter - diz ao mundo quem sou. Servo impessoal no ganho, livre e soberano no gasto.

(Adaptado de: GIANNETTI, Eduardo. Trópicos utópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 2016)

Suponha, entretanto, um súbito e imprevisto bafejo da fortuna - um prêmio lotérico, uma indenização milionária, uma inesperada herança. (1º parágrafo) Considerando o contexto, o termo sublinhado acima pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido do texto, por:

- A) conforme;
- B) assim;
- C) portanto;
- D) contudo;
- E) pois.

03) O termo sublinhado em “Estamos acostumados a considerar o trabalho como algo a que nos sujeitamos, mais ou menos a contragosto, para obter uma renda” (1º parágrafo) refere-se a

- A) renda.
- B) contragosto.
- C) nos [pronome].
- D) nós [sujeito oculto de “sujeitamos”].
- E) algo.

04) Verifica-se o emprego de vírgula para separar elementos de uma enumeração em:

- A) Daí que, na feliz expressão do jovem Marx, “o trabalhador só se sente ele mesmo quando não está trabalhando; quando ele está trabalhando, ele não se sente ele mesmo” (2º parágrafo).
B) Impedido de ser quem sou no trabalho - escritório, chão de fábrica, call center, guichê, balcão (2º parágrafo).
C) Não o que faço, mas o que possuo - e, sobretudo, o que sonho algum dia ter - diz ao mundo quem sou (2º parágrafo).
D) “Por meios honestos se você conseguir, mas por quaisquer meios faça dinheiro”, preconiza - preenhe de sarcasmo - o verso de Horácio (1º parágrafo).
E) A possibilidade de satisfazer, ainda que parcialmente, nossos desejos e fantasias de consumo se afigura como a merecida recompensa - ou suborno, diriam outros (1º parágrafo).

05) O autor dirige-se explicitamente a seu leitor no seguinte trecho:

- A) o ritual da compra energiza e a posse ilumina a alma do consumidor (2º parágrafo).
B) A compra de bens externos molda a identidade (2º parágrafo).
C) Impedido de ser quem sou no trabalho [...], extravaso a minha identidade no consumo (2º parágrafo).
D) o trabalhador só se sente ele mesmo quando não está trabalhando (2º parágrafo).
E) Suponha, entretanto, um súbito e imprevisto bafejo da fortuna (1º parágrafo).

06) No texto, o autor estabelece uma oposição entre

- A) trabalho e consumo.
B) trabalho e sacrifício.
C) cobiça e dinheiro.
D) consumo e liberdade.
E) sacrifício e frustração.

07) Estamos acostumados a considerar o trabalho como algo a que nos sujeitamos, mais ou menos a contragosto, para obter uma renda. (1º parágrafo) Em relação ao trecho que a precede, a oração sublinhada expressa ideia de

- A) condição.
B) proporção.
C) consequência.
D) finalidade.
E) causa.

08) Atenção: Leia o conto “Casos de baleias”, de Carlos Drummond de Andrade, para responder à questão.

A baleia telegrafou ao superintendente da Pesca, queixando-se de que estava sendo caçada demais, e a continuar assim sua espécie

desapareceria com prejuízo geral do meio ambiente e dos usuários.

O superintendente, em ofício, respondeu à baleia que não podia fazer nada senão recomendar que de duas baleias uma fosse poupada, e esta ganhasse número de registro para identificar-se.

Em face dessa resolução, todas as baleias providenciaram registro, e o obtiveram pela maneira como se obtêm essas coisas, à margem dos regulamentos. O mar ficou coalhado de números, que rabeavam alegremente, e o esguicho dos cetáceos, formando verdadeiros festivais no alto oceano, dava ideia de imenso jardim explodindo em repuxos, dourados de sol, ou prateados de lua.

Um inspetor da Superintendência, intrigado com o fato de que ninguém mais conseguia caçar baleia, pôs-se a examinar os livros e verificou que havia infinidade de números repetidos. Cancelou-se o registro, e os funcionários responsáveis pela fraude, jogados ao mar, foram devorados pelas baleias, que passaram a ser caçadas indiscriminadamente. A recomendação internacional para suspender a caça por tempo indeterminado só alcançará duas baleias vivas, escondidas e fantasiadas de rochedo, no litoral do Espírito Santo.

(ANDRADE, Carlos Drummond de. Contos plausíveis. São Paulo: Companhia das Letras, 2012)

O superintendente, em ofício, respondeu à baleia que não podia fazer nada (2º parágrafo)

Ao se transpor o trecho acima para o discurso direto, o verbo sublinhado assume a seguinte forma:

- A) pudesse;
B) possa;
C) poderia;
D) pude;
E) posso.

09) Cancelou-se o registro (4º parágrafo).

Ao se transpor o trecho acima para a voz passiva analítica, a forma verbal resultante será:

- A) cancelariam.
B) fora cancelado.
C) foi cancelado.
D) cancelaram.
E) seria cancelado.

10) Retoma um termo mencionado anteriormente no texto a palavra sublinhada no seguinte trecho:

- A) Cancelou-se o registro (4º parágrafo).
B) Um inspetor da Superintendência [...] pôs-se a examinar os livros (4º parágrafo).
C) e o obtiveram pela maneira como se obtêm essas coisas (3º parágrafo).

D) e a continuar assim sua espécie desapareceria (1º parágrafo).

E) e o esguicho dos cetáceos [...] dava ideia de imenso jardim (3º parágrafo).

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

11) De acordo com a Lei n.º 13.146/2015 (Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência), o comportamento que impede a participação social da pessoa é considerado

- A) disfuncional.
- B) disruptivo.
- C) barreira.
- D) distúrbio.
- E) desestruturado.

12) Considere a seguinte situação hipotética: em 2018, determinada empresa concessionária de serviço de transporte coletivo não reservou assentos, devidamente identificados, aos idosos, gestantes, lactantes, pessoas portadoras de deficiência e pessoas acompanhadas por crianças de colo, razão pela qual foi multada, nos termos da Lei n.º 10.048/2000. Em 2019, a empresa praticou a mesma infração, uma vez que alguns veículos de sua frota desrespeitaram a norma supracitada. Nos termos da Lei n.º 10.048/2000, a empresa estará sujeita, por cada veículo que descumpriu a norma legal, ao pagamento de multa de

- A) R\$ 500 00 a R\$ 2.500 00.
- B) R\$ 1.000,00 a R\$ 5.000,00.
- C) R\$ 250 00 a R\$ 1.500, 00.
- D) R\$ 500 00 a R\$ 2.000 00.
- E) R\$ 250 00 a R\$ 2.500 00.

13) José é pessoa com deficiência e está internado em hospital público para tratamento de determinada doença. Nos termos da Lei n.º 13.146/2015, José tem direito

- A) apenas a acompanhante, devendo o órgão ou a instituição de saúde proporcionar condições adequadas para sua permanência por, no máximo, doze horas.
- B) a acompanhante ou a atendente pessoal, devendo o órgão ou a instituição de saúde proporcionar condições adequadas para sua permanência em tempo integral.
- C) a acompanhante ou a atendente pessoal, devendo o órgão ou a instituição de saúde proporcionar condições adequadas para sua permanência por, no máximo, quinze horas.
- D) apenas a atendente pessoal, devendo o órgão ou a instituição de saúde proporcionar condições adequadas para sua permanência por, no máximo, doze horas.
- E) apenas a acompanhante, devendo o órgão ou a instituição de saúde proporcionar condições adequadas para sua permanência por, no máximo, quinze horas.

14) A empresa ABC é locadora de veículos e possui inúmeros veículos para atender os diversos Estados do Brasil. Nos termos da Lei n.º 13.146/2015, essa empresa é obrigada a oferecer

- A) 1 veículo adaptado para uso de pessoa com deficiência, a cada conjunto de 30 veículos de sua frota.
- B) 2 veículos adaptados para uso de pessoa com deficiência, a cada conjunto de 20 veículos de sua frota.
- C) 3 veículos adaptados para uso de pessoa com deficiência, a cada conjunto de 20 veículos de sua frota.
- D) 3 veículos adaptados para uso de pessoa com deficiência, a cada conjunto de 30 veículos de sua frota.
- E) 1 veículo adaptado para uso de pessoa com deficiência, a cada conjunto de 20 veículos de sua frota.

SUSTENTABILIDADE

15) A definição de “coleta seletiva solidária” na política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário (Resolução CNJ n.º 400/2021) consiste

- A) na análise da série histórica de consumo e inovações do mercado consumidor.
- B) na aquisição conjunta de bens e serviços que geram menor impacto ambiental, maior inclusão social.
- C) nos parâmetros utilizados para avaliação e comparação de bens em função do seu impacto ambiental, social e econômico.
- D) na destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.
- E) no processo de coordenação do fluxo de materiais considerando o ambientalmente correto e o desenvolvimento econômico equilibrado.

GOOGLE WORKSPACE

16) O Google Drive é uma ferramenta que permite o armazenamento de arquivos na nuvem. Suponha que um usuário A tenha criado uma pasta no Google Drive para arquivos de um Projeto X qualquer. Para compartilhar essa pasta do Projeto X no Google Drive com outros usuários, a partir de uma estação de trabalho, é necessário:

- A) solicitar o compartilhamento da pasta ao Google, por e-mail.
- B) dispor do número do telefone celular dos outros usuários, de modo a cadastrá-los para ter acesso à pasta.
- C) notificar os outros usuários que eles precisam estar usando o Google Drive no momento em que o usuário A compartilhar a pasta.
- D) enviar aos outros usuários o endereço (link) da pasta.
- E) aguardar três dias após a criação da pasta para que ela possa ser compartilhada.

17) Ao utilizar o Gmail para enviar um e-mail a um destinatário, você se depara com a opção de

"enviar e-mails como". Qual é a funcionalidades dessa opção?

- A) Enviar e-mail com um remetente oculto.
- B) Enviar e-mail para várias pessoas ao mesmo tempo.
- C) Enviar e-mail com cópia para várias pessoas de forma oculta.
- D) Enviar e-mail a partir de outros endereços de e-mail.
- E) Receber e-mails.

CÓDIGO DE ETICA E REGIMENTO DO TRT21

18) De acordo com a Resolução Administrativa nº 20/2021 do TRT 21, assinale a alternativa correta.

- A) São órgãos da Justiça do Trabalho da 21ª Região o Tribunal Regional do Trabalho, os Juízes do Trabalho e as Varas eleitorais.
- B) O Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região tem sede em Natal e jurisdição no Estado do Rio Grande do Norte e é composto por 11 Desembargadores do Trabalho, nomeados pelo Presidente da República, na forma estabelecida na Constituição Federal.
- C) As Varas do Trabalho têm sede e jurisdição fixadas em lei ou Resolução Administrativa e estão administrativamente subordinadas ao Tribunal.
- D) A criação de Municípios, por desmembramento, amplia a jurisdição da Vara do Trabalho respectiva, com a exclusão do novo Município, podendo o Pleno do Tribunal deliberar diversamente, de forma justificada.
- E) O Tribunal, depois de instalada a Vara do Trabalho, não poderá alterar a sua sede e/ou a sua jurisdição, a partir de iniciativa da Presidência e quando constatada a necessidade de otimização da prestação jurisdicional, observado o princípio da eficiência, podendo ainda deliberar pela criação de postos avançados.

19) De acordo com a Resolução Administrativa nº 20/2021 do TRT 21, a antiguidade dos Desembargadores e dos Juízes Titulares de Varas do Trabalho, para efeitos legais e regimentais, observará a vitaliciedade, com aplicação sucessiva dos seguintes critérios, exceto:

- A) posse
- B) tempo de serviço público federal
- C) idade.
- D) exercício, na classe, no TRT 21.
- E) posição de aprovação.

20) De acordo com a Resolução Administrativa nº 20/2021 do TRT 21, compete ao Presidente do TRT-21:

- A) executar e fazer cumprir as suas próprias decisões, as do Tribunal e as dos Tribunais Superiores, determinando aos Juízes de primeira instância a realização dos atos processuais e das diligências que se fizerem necessárias;
- B) exercer correição ordinária nas Varas do Trabalho, pelo menos uma vez por ano, além de atuação permanente em processos de correição dirigidos ao Tribunal;

- C) realizar, de ofício, ou a requerimento, sempre que se fizerem necessárias, inspeções e correições extraordinárias nas Varas do Trabalho;
- D) conhecer das representações e reclamações relativas aos serviços judiciários de primeiro grau, determinando a apuração de fatos, instauração de sindicâncias ou promovendo as diligências que se fizerem necessárias, encaminhando as conclusões à Presidência do Tribunal;
- E) processar e decidir sobre correições parciais contra atos ou omissões atentatórios à boa ordem processual, bem como pedidos de providências e reclamações por excesso de prazo, com referência a processos em tramitação na primeira instância.

DIREITO DO TRABALHO

21) O termo “fonte do direito” é empregado metaforicamente no sentido de origem primária do direito ou fundamento de validade da ordem jurídica. No Direito do Trabalho, o estudo das fontes é de relevada importância, subdividindo-se em algumas modalidades. Assim sendo, considera-se fonte formal heterônoma do Direito do Trabalho:

- A) As convenções coletivas de trabalho firmadas entre sindicatos de categorias profissional e econômica.
- B) Os acordos coletivos de trabalho firmados entre uma determinada empresa e o sindicato da categoria profissional.
- C) As greves de trabalhadores por reajuste salarial de toda a categoria.
- D) Os fenômenos sociais, políticos e econômicos que inspiram a formação das normas juslaborais.
- E) A sentença normativa proferida em dissídio coletivo.

22) Em relação aos princípios que norteiam o Direito do Trabalho, considerando-se a doutrina, a legislação e as Súmulas de Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho,

- A) de acordo com o princípio da intangibilidade contratual objetiva, o conteúdo do contrato de emprego pode ser modificado, caso ocorra efetiva mudança no plano do sujeito empresarial.
- B) o princípio da irrenunciabilidade informa que o Direito do Trabalho impede a supressão de direitos trabalhistas em face do exercício, pelo devedor trabalhista, de prerrogativa legal.
- C) não há nenhum dispositivo expresso que atribui aos princípios uma função integrativa ou que indique a primazia do interesse público na Consolidação das Leis do Trabalho, porque a mesma regula o contrato individual nas relações de trabalho.
- D) em razão do princípio da primazia da realidade sobre a forma, o Juiz do Trabalho privilegia a situação de fato, devidamente comprovada, em detrimento dos documentos ou do rótulo conferido à relação de direito material.
- E) o princípio da continuidade do contrato de trabalho constitui presunção favorável ao empregador, razão pela qual tanto o ônus da prova quanto seu término é

do empregado, nas hipóteses em que são negados a prestação dos serviços e o despedimento.

23) Vênus é empregada da empresa Raio de Luar Indústria e Comércio de Embalagens Ltda. que fornece condução para os 30 empregados irem e voltarem da fábrica, descontando do salário dos empregados a quantia de R\$ 20,00 mensais, para custos operacionais. A rede de transporte público regular é insuficiente para atender à localidade onde está situada a empresa. Considerando a Lei nº 13.467 de 2017, Vênus

A) faz jus às horas in itinere nos percursos de ida e volta, na medida em que o fornecimento de transporte pela empregadora é sempre causa ensejadora do direito em questão, ainda que haja cobrança parcial por parte do empregador.

B) não faz jus às horas in itinere nos percursos de ida e volta, na medida que, no percurso de ida e volta, não se considera à disposição do empregador, ainda que este forneça a condução.

C) não faz jus às horas in itinere nos percursos de ida e volta, na medida em que há desconto por parte do empregador da quantia de R\$ 20,00 mensais, o que indica não ser o fornecimento gratuito, que é requisito essencial para a hipótese.

D) faz jus às horas in itinere nos percursos de ida e volta, na medida em que a insuficiência de transporte público regular equipara-se, para os efeitos pretendidos pela legislação, ao local de difícil acesso, ensejando a pertinência do direito em questão.

E) faz jus às horas in itinere nos percursos de ida e volta, na medida em que a insuficiência de transporte público regular equipara-se, para os efeitos pretendidos pela legislação, à ausência de transporte público regular, ensejando a pertinência do direito em questão.

24) Em relação ao teletrabalho,

A) a responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto, bem como ao reembolso de despesas arcadas pelo empregado, serão acordadas entre empregado e empregador, através de previsão em contrato escrito.

B) o comparecimento do empregado às dependências do empregador para a realização de atividades específicas descaracteriza o regime de teletrabalho.

C) o fato de o empregador instruir os empregados, de maneira expressa e ostensiva, quanto às precauções a tomar a fim de evitar doenças e acidentes do trabalho, impede a responsabilização do mesmo em caso de infortúnio com o teletrabalhador.

D) a alteração do regime de teletrabalho para o presencial depende da concordância do empregado sob pena de nulidade.

E) é considerada como teletrabalho a prestação de serviços fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação de propriedade do empregado, que

também tem a responsabilidade em relação à sua conservação e manutenção.

25) Tem garantia provisória de emprego, EXCETO:

A) o empregado que recebeu auxílio-doença acidentário por 45 dias, até 1 ano após a cessação do auxílio.

B) o empregado que, não tendo optado pelo regime do FGTS, em 05/10/1988, contasse mais de 10 anos ininterruptos de trabalho para a mesma empresa.

C) o empregado eleito vice-presidente de CIPA, até um ano após o término do mandato.

D) o empregado no exercício do cargo de presidente de entidade sindical que firme acordo coletivo com seu empregador.

E) a empregada, da confirmação da gravidez até 5 meses após o parto.

26) Adolescente de dezessete anos de idade participou de entrevista de emprego para exercer a atividade de auxiliar no armazenamento de botijões de gás, os quais seriam expostos para a venda em um posto de gasolina.

Nessa situação, o adolescente

A) poderá ser contratado para trabalhar em horário compatível com o período escolar e anterior às vinte e duas horas.

B) não poderá ser contratado, por expressa proibição legal.

C) após contratado, seus pais ou responsável legal, deverão assinar seus recibos de pagamento de salários.

D) deverá ser contratado na categoria de menor aprendiz.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

27) Em relação à competência da Justiça do Trabalho, em conformidade com a Emenda Constitucional nº 45 de 2004, considere:

I. Compete-lhe a execução, de ofício, da contribuição referente ao Seguro de Acidente de Trabalho, pois se destina ao financiamento de benefícios relativos à incapacidade do empregado decorrente de infortúnio no trabalho.

II. Não lhe compete apreciar pedido de complementação de pensão postulada por viúva de ex-empregado, ainda que se trate de pedido que deriva do contrato de trabalho.

III. Compete-lhe processar e julgar ação de interdito proibitório proposta por instituição financeira privada contra o Sindicato dos Trabalhadores da respectiva categoria, por meio da qual se busca garantir o livre acesso de empregados e de clientes à sua agência bancária em decorrência de movimento grevista.

IV. Não lhe compete processar e julgar ação ajuizada contra o ex-empregador, pela esposa de empregado que faleceu em decorrência de

acidente do trabalho, postulando dano moral ocasionado pela morte do trabalhador.

Está correto o que se afirma APENAS em

- A) II e IV.
- B) I e III.
- C) I, II e IV.
- D) II, III e IV.
- E) III.

28) Os atos processuais são os acontecimentos voluntários que ocorrem no processo e dependem de manifestações dos sujeitos do processo. Termo, por sua vez, é a reprodução gráfica do ato processual. Quanto aos prazos, diz-se necessário que os atos processuais caminhem para frente, observando determinadas regras quanto ao tempo. No que diz respeito aos atos, termos e prazos processuais a Consolidação das Leis do Trabalho estabelece:

- A) Os atos processuais sempre serão públicos e realizar-se-ão nos dias úteis das 6 às 20 horas.
- B) A penhora poderá realizar-se em domingo, mas não em dia feriado, mediante autorização expressa do juiz ou presidente.
- C) Os prazos que vencerem em sábado, domingo ou dia feriado terminarão no primeiro dia seguinte, independentemente de ser dia útil ou não.
- D) Os prazos contam-se com inclusão do dia do começo e exclusão do dia do vencimento, e são contínuos e irrelevantes, não podendo, em nenhuma hipótese, ser prorrogados pelo juiz ou tribunal.
- E) Tratando-se de notificação postal, no caso de não ser encontrado o destinatário ou na hipótese de recusa de recebimento, o Correio ficará obrigado, sob pena de responsabilidade do servidor, a devolvê-la, no prazo de 48 horas, ao Tribunal de origem.

29) Nos termos da Lei nº 13.467/2017, a exceção de incompetência territorial a ser arguida pelo reclamado, deverá ser apresentada,

- A) no prazo de 5 dias a contar da data da notificação, como preliminar de defesa.
- B) em audiência, em peça apartada à contestação.
- C) no prazo de 10 dias a contar da data da notificação, em peça apartada.
- D) no prazo de 5 dias a contar da data da notificação, em peça autônoma.
- E) no prazo de 5 dias que antecede a audiência, em peça apartada à contestação.

30) O ônus da prova pode ser assim problematizado: quem deve provar? Em princípio, as partes tem o ônus de provar os fatos jurídicos narrados na petição inicial ou na peça de resistência, bem como os que se sucederem no envolver da relação processual. Quanto às provas no Processo do Trabalho, a Consolidação das Leis do Trabalho estabelece:

- A) Qualquer que seja o procedimento, não é permitida a arguição dos peritos compromissados ou dos

técnicos, uma vez que o laudo que apresentam já é suficiente como prova.

B) As testemunhas devem, necessariamente, ser previamente intimadas para depor.

C) Toda testemunha, antes de prestar o compromisso legal, será qualificada, indicando o nome, nacionalidade, profissão, idade, residência, e, quando empregada, o tempo de serviço prestado ao empregador, ficando sujeita, em caso de falsidade, às leis penais.

D) Cada uma das partes, no procedimento ordinário e também quando se tratar de inquérito para apuração de falta grave, não poderá indicar mais de 3 testemunhas.

E) A testemunha que for parente até o segundo grau civil, amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes, prestará compromisso, mas o seu depoimento valerá como simples informação.

31) Julgue os seguintes itens, acerca da execução no processo do trabalho.

I A execução de contribuição social devida em decorrência de decisão condenatória de tribunal do trabalho será iniciada de ofício.

II O incidente de desconsideração da personalidade jurídica será resolvido por decisão interlocutória passível de agravo de petição, independentemente de garantia do juízo.

III Da decisão sobre os embargos à execução caberá recurso ordinário no prazo de oito dias.

IV Na execução por carta precatória, os embargos de terceiro serão opostos no juízo deprecante caso a referida carta já tenha sido devolvida.

Estão certos apenas os itens

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e III.
- D) III e IV.
- E) I, II e IV.

32) Segundo a legislação processual trabalhista, a respeito dos Recursos na Justiça do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Os recursos são interpostos por simples petição.
- B) A interposição do Recurso permite a execução provisória até a penhora, salvo exceções legais.
- C) O depósito recursal poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial.
- D) Os beneficiários da justiça gratuita, as entidades filantrópicas e as empresas em recuperação judicial devem proceder o depósito recursal.
- E) Os recursos têm efeito meramente devolutivo, salvo exceções previstas em lei.

DIREITO CONSTITUCIONAL

33) A Constituição Federal brasileira prevê como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil e também como um dos princípios da ordem econômica:

- A) a redução das desigualdades sociais e regionais.
- B) a valorização do trabalho humano.
- C) a defesa do meio ambiente
- D) a erradicação da pobreza e da marginalização.
- E) a prevalência dos direitos humanos

34) Segundo o que dispõe a Constituição Federal quanto aos direitos e deveres individuais e coletivos

- A) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, desde que mediante prévia licença da autoridade competente.
- B) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação policial.
- C) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, independentemente de prévio aviso à autoridade competente.
- D) a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas, dependem de autorização, sendo apenas permitida a interferência estatal em seu funcionamento nos casos em que se desviarem de seu estatuto social.
- E) é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

35) No tocante ao artigo 7, da Constituição da República Federativa do Brasil, são considerados direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

- A) a irredutibilidade do salário garantida ao trabalhador rural e urbano, mesmo se houver disposição contrária em convenção ou em acordo coletivo.
- B) o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço deverá ser de no máximo 30 dias.
- C) a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, terá duração de cento e oitenta dias.
- D) a relação de emprego não será protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar.
- E) o décimo terceiro salário tem como base a remuneração integral ou no valor da aposentadoria.

36) Acerca dos direitos políticos e suas disposições constitucionais, assinale a alternativa correta.

- A) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de 65 anos.
- B) Podem alistar-se como eleitores os estrangeiros.

C) São elegíveis os inalistáveis.

D) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

E) A ação de impugnação de mandato tramitará sob a tutela do princípio da publicidade, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

37) O Presidente da República será julgado

- A) nas infrações penais comuns, pelo Superior Tribunal de Justiça.
- B) nas infrações penais comuns, pelo Supremo Tribunal Federal.
- C) nas infrações penais comuns, pelo Tribunal Superior Eleitoral.
- D) nos crimes de responsabilidade, pelo Supremo Tribunal Federal.
- E) nos crimes de responsabilidade, pela Câmara dos Deputados.

38) Assinale a alternativa INCORRETA:

- A) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- B) O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, que deverá ser aprovada por decreto do governador do Estado.
- C) Se a proposta orçamentária for encaminhada em desacordo com os limites estipulados na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.
- D) Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.
- E) Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.

DIREITO ADMINISTRATIVO

39) Em sua formação, o Direito Administrativo brasileiro recebeu a influência da experiência doutrinária, legislativa e jurisprudencial de vários países, destacando-se especialmente a França, considerada como berço da disciplina. No rol de contribuições do Direito Administrativo francês à prática atual do Direito Administrativo no Brasil, NÃO é correto incluir

- A) a adoção de teorias publicísticas em matéria de responsabilidade extracontratual das entidades estatais.

- B) a adoção do interesse público como eixo da atividade administrativa.
- C) a ideia de exorbitância em relação ao direito comum, aplicável aos particulares.
- D) a teoria do desvio de poder.
- E) o sistema de contencioso administrativo.

40) Quando o Executivo desempenha suas funções por meio do exercício do poder regulamentar,

- A) edita atos de caráter concreto e específico, passíveis de serem impugnados individualmente.
- B) pode inovar o ordenamento jurídico, desde que se esteja diante de lacunas legais em matéria de interesse público.
- C) deve observar os limites postos pela lei para explicitar os dispositivos desta, detalhando, por exemplo, o procedimento de aplicação da norma regulamentada.
- D) avoca competências típicas de poder de polícia, podendo instituir limitações aos direitos dos particulares, em caráter isonômico.
- E) edita atos administrativos de natureza vinculada, porque estes não podem desbordar da lei à qual estão submetidos.

41) Determinado município implementou reforma administrativa quando da assunção de uma nova gestão. Entre as medidas tomadas estava a criação de empresa estatal cujo escopo seria prestar garantias aos projetos de infraestrutura que o Município viesse a contratar. Além disso, foram unificadas as competências de algumas secretarias, reduzindo o número dessas estruturas na Administração. Por fim, foram extintos cargos e órgãos. A descrição da reforma implementada demonstra que

- A) foi precedida da edição de lei autorizativa necessária para todas as mudanças implementadas, porque sujeitas à reserva de lei formal.
- B) a criação de empresas estatais se deu por meio de lei, em cujo texto constavam as competências e atribuições que foram delegadas aos novos entes.
- C) o Município editou ato normativo para todas as medidas de reorganização administrativa, considerando que essa matéria pode ser objeto de decreto autônomo.
- D) foi necessária lei autorizativa para instituição da empresa estatal, sem prejuízo de outras medidas, como a extinção de cargos vagos, poder ser implementada por decreto.
- E) a reorganização dos órgãos administrativos, envolvendo criação e extinção, dependeram da edição de lei complementar, pois implicam necessariamente a implementação de novas unidades de despesa.

42) O objeto da revogação deve ser

- A) um ato administrativo inválido.
- B) um ato administrativo vinculado.
- C) uma decisão administrativa viciada.
- D) um ato administrativo imperfeito.
- E) um ato administrativo eficaz.

43) Macário, Servidor Público da Prefeitura de Mucarambeque, trabalha como Coordenador de Projetos na Secretaria de Obras e Serviços Públicos. Por está reformando sua casa, Macário utiliza um dos caminhões da Prefeitura para levar 1 tonelada de areia para a reforma de sua casa, fora isso, em horário de serviço, Macário chamou três servidores da sua secretaria para ajudá-lo. Conforme a Lei de Improbidade Administrativa Macário responderá por ato de improbidade administrativa:

- A) que atenta contra os princípios da administração pública;
- B) que importa enriquecimento ilícito;
- C) que cause prejuízo ao erário;
- D) devido à aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário.

44) Configura crime de abuso de autoridade o agente que deixar injustificadamente de comunicar prisão em flagrante à autoridade judiciária no prazo legal. A penalidade é de detenção, de seis meses a dois anos. Também incorrerá na mesma pena o agente que:

- A) Comunicar, após as 48 horas, a execução de prisão temporária ou preventiva à autoridade judiciária que a decretou;
- B) deixa de comunicar, em até 24 horas, a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontra à sua família ou à pessoa por ela indicada;
- C) deixa de entregar ao preso, imediatamente, a nota de culpa, assinada pela autoridade, com o motivo da prisão e os nomes do condutor e das testemunhas;
- D) prolonga a execução de pena privativa de liberdade por motivo justo.

ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

45) A gestão do conhecimento é

- A) a observação e a coleta dos insights obtidos no cotidiano da empresa visando propagá-los como boas práticas.
- B) a valoração do conhecimento especializado dos processos e das rotinas organizacionais, propagando as práticas de trabalho.
- C) a substituição da força física pela força mental para gerar valor para a organização por meio do intelecto.
- D) aplicar ferramentas que processem informações sobre o mercado e possibilitem troca com espaços externos à empresa.
- E) o processo sistemático de identificação, criação, renovação e aplicação dos conhecimentos estratégicos na vida de uma organização.

46) De acordo com o Método OKR (Objectives and Key Results), consistente em uma das ferramentas contemporâneas de planejamento no âmbito das organizações, os denominados Resultados-Chave (KR)

- A) são caracterizados como guias operacionais a serem seguidas pela organização para atingimento

das metas qualitativas e quantitativas, estas que são desdobramentos dos objetivos propriamente ditos.

B) correspondem a metas (quantitativas) com impacto direto no atingimento do objetivo estabelecido, este último de natureza qualitativa e que traduz o que a organização pretende atingir.

C) ostentam caráter qualitativo, indicando a direção a ser perseguida pela organização e os ajustes de rota que precisam ser promovidos para o atingimento do objetivo, este sempre representado por alguma métrica de incremento.

D) consistem nas principais habilidades que devem ser desenvolvidas pelos integrantes da organização (soft skills), diversamente dos denominados Key Performance Indicator (KPI) que medem aspectos técnicos (hard skills).

E) representam a dimensão tática do planejamento estratégico, consistentes em um conjunto de ações a serem implementadas para atingimento dos objetivos estratégicos estabelecidos.

47) A situação hipotética a seguir ilustra um tipo de simplificação no julgamento das outras pessoas.

O diretor financeiro da Cia. distribuidora de Gás DIZZ foi demitido e processado pelos acionistas da empresa em função do prejuízo gerado com operações no mercado de derivativos. Entretanto, sob a perspectiva do ex-diretor financeiro, essas mesmas operações teriam sido responsáveis por grandes frações do lucro da empresa no ano anterior, sendo o motivo pelo qual ele fora promovido ao cargo e tratado como futuro CEO.

Essa situação demonstra que enquanto a estratégia do executivo financeiro produzia bons resultados, o gestor era elogiado e fora promovido; na medida em que a estratégia começou a dar errado, ele se tornou o único culpado. Esse tipo de simplificação no julgamento das outras pessoas é conhecido como

- A) efeito halo.
- B) estereotipagem.
- C) percepção seletiva.
- D) efeito de contraste.
- E) efeito de autoconveniência.

48) O denominado Ciclo PDCA, também conhecido como Ciclo de Deming, traduz-se em ferramenta bastante difundida e aplicada em

- A) controle de qualidade, com a identificação das causas de falhas recorrentes, partindo do conceito de que 80% delas são geradas por 20% de causas.
- B) gerenciamento de projetos, com a classificação de acordo com o grau de prioridade no âmbito do planejamento estratégico.
- C) gestão de riscos, classificando os riscos em potenciais, desconhecidos, críticos e aleatórios, estes últimos não gerenciáveis.

D) gestão de processos, com vistas a maximizar a eficiência, envolvendo ações de planejamento, execução, controle e correção.

E) gestão de contratos, decompondo o objeto (pretendido, desejável, compatível e adequado) para melhor elaboração do termo de referência e acompanhamento.

49) O uso da análise SWOT permite ao gestor realizar um diagnóstico da situação organizacional, o que permite que ele identifique elementos ou condições que servirão de base para o desenvolvimento da estratégia de sua organização.

No entanto, independentemente da qualidade da análise realizada, alguns aspectos não poderão ser controlados pelo gestor, como, por exemplo,

- A) as forças e as oportunidades.
- B) as forças e as ameaças.
- C) as oportunidades e as ameaças.
- D) as oportunidades e as fraquezas.
- E) as ameaças e as fraquezas.

DIREITO CIVIL

50) A vigência e os conflitos entre as leis, no tempo, são disciplinados pela chamada Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942). De acordo com esse diploma, a lei nova que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes

- A) não modifica nem revoga a lei anterior.
- B) revoga e modifica a lei anterior.
- C) revoga, mas não modifica a lei anterior.
- D) não revoga, mas modifica a lei anterior.
- E) revoga ou, alternativamente, apenas modifica a lei anterior.

51) Acerca dos direitos da personalidade, segundo o Código Civil, considere as seguintes proposições.

I. Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.

II. É defeso, mesmo que por exigência médica, o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.

III. O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.

IV. Os direitos da personalidade são, sem exceção, intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

V. É inválida a disposição gratuita do próprio corpo, para depois da morte, ainda que com objetivo científico.

Está correto o que se afirma APENAS em

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) III e V.
- E) IV e V.

52) São pessoas jurídicas de direito privado

- A) o condomínio edilício e as fundações.
- B) o empresário individual e as sociedades.
- C) os partidos políticos e as associações.
- D) as organizações religiosas e a massa falida.
- E) os partidos políticos e os espólios.

53) De acordo com o Código Civil, sobre o negócio jurídico, é correto afirmar:

- A) a incapacidade relativa de uma das partes pode ser invocada pela outra em benefício próprio.
- B) a impossibilidade relativa inicial do objeto o invalida.
- C) a validade da declaração de vontade depende de forma especial, mesmo na ausência de previsão legal.
- D) nas declarações de vontade se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que à intenção nelas consubstanciada.
- E) os benéficos e a renúncia serão interpretados estritamente.

54) De acordo com o Código Civil, o negócio jurídico será considerado nulo caso

- A) deixe de ser revestido pela forma prescrita em lei.
- B) seja praticado por um devedor já insolvente.
- C) seja realizado por uma pessoa que, premida da necessidade de se salvar, assuma obrigação excessivamente onerosa.
- D) decorra de dolo de terceiro, desde que a parte que se beneficie dele tenha conhecimento do vício do ato.
- E) a declaração de vontade de alguma das partes emane de erro substancial.

55) Carlos, Paulo e Jonas são credores solidários de João, da quantia de 30 mil reais. No vencimento da obrigação, João pagou a Carlos a quantia de 5 mil reais, restando não pago o saldo remanescente de 25 mil reais.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A) Uma vez efetuado pagamento parcial a Carlos, Paulo e Jonas não poderão demandar a João o pagamento do saldo remanescente.
- B) Caso Paulo demande individualmente a João em relação ao saldo remanescente e obtenha julgamento contrário, o resultado do julgado atingirá Carlos e Jonas.
- C) Enquanto Carlos, Paulo ou Jonas não demandarem a João, a qualquer daqueles poderá este pagar o saldo remanescente.
- D) O pagamento efetuado por João a Carlos, ainda que parcial, extingue por completo a dívida frente a este, cabendo somente a Paulo e Jonas cobrar o saldo remanescente.
- E) Carlos, apesar de ter recebido pagamento parcial de João, nada responderá a Paulo e Jonas, uma vez

que o montante pago sequer alcançou a sua quota do crédito.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

56) Segundo prescreve o Código de Processo Civil, ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz

- A) atuará de forma a resguardar a proporcionalidade, a razoabilidade e a eficiência, para que se garanta a realização dos fins sociais e das exigências do bem comum, mas apenas em ações que tenham como parte pessoas hipossuficientes.
- B) decidirá sempre com base na equidade, que abrange a proporcionalidade e a razoabilidade, as quais constituem princípios expressos na Constituição Federal.
- C) abster-se-á de utilizar a proporcionalidade e a razoabilidade, pois são instrumentos de ponderação de princípios constitucionais, não sendo facultado ao juiz, na aplicação da lei, utilizá-los, devendo extrair do próprio comando legal as regras a serem aplicadas.
- D) atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.
- E) restringir-se-á a aplicar os princípios constitucionais quando explicitados pelo legislador em regras legais, sendo-lhe permitido apenas em caso de omissão ou lacuna da lei aplicar a proporcionalidade e a razoabilidade.

57) No que concerne às regras processuais que disciplinam a cooperação jurídica internacional, o Código de Processo Civil (CPC) determina que

- A) não se exige previsão em tratado ou reciprocidade manifestada por acordo pela via diplomática, para homologação de sentença estrangeira.
- B) o Ministério Público deve exercer o papel de autoridade central tanto nos casos de sua competência quanto nas hipóteses em que não haja designação específica para essa função.
- C) o princípio da publicidade processual pode ser excepcionado somente nas situações de sigilo previstas em nosso ordenamento jurídico.
- D) o auxílio direto deve ser ajuizado na justiça estadual se a medida decorrer diretamente de decisão de autoridade jurisdicional estrangeira submetida a juízo de deliberação no Brasil.
- E) na concessão do exequatur à carta rogatória passiva, procedimento que se desenvolve perante o Supremo Tribunal Federal, é vedada a revisão do mérito da decisão estrangeira.

58) Acerca da capacidade processual para estar em juízo, assinale a opção correta.

- A) Ambos os cônjuges casados sob o regime de separação absoluta de bens serão necessariamente citados para propor ação que verse sobre direito real imobiliário.

B) O juiz nomeará defensor público como curador especial ao réu revel citado por edital, enquanto não for constituído advogado.

C) Os estados e o Distrito Federal serão representados em juízo, ativa e passivamente, por seus governadores.

D) A pessoa jurídica estrangeira será representada em juízo, ativa e passivamente, pelo seu acionista majoritário.

E) A União será representada em juízo, ativa e passivamente, pelo ministro da justiça.

59) No que diz respeito ao tema litisconsórcio, assinale a alternativa correta.

A) O litisconsórcio será necessário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.

B) Nos casos de litisconsórcio passivo necessário, o juiz determinará ao autor que requeira a citação de todos que devam ser litisconsortes, dentro do prazo que assinar, sob pena de suspensão do processo.

C) Os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, exceto no litisconsórcio unitário, caso em que os atos e as omissões de um não beneficiarão os outros, mas os poderão prejudicar.

D) O litisconsórcio será unitário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.

E) A sentença de mérito, quando proferida sem a integração do contraditório, será nula se a decisão deveria ser uniforme em relação a todos que deveriam ter integrado o processo.

60) Embora os atos processuais sejam públicos, os processos deverão tramitar em segredo de justiça quando

A) tiverem como parte pessoa absolutamente incapaz.

B) nele constarem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade.

C) envolverem interesse de espólio.

D) versarem sobre arbitragem, ainda que não haja sido estipulada cláusula de confidencialidade.

E) tratarem de cobrança de créditos públicos.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM **50% OFF**: [CLIQUE AQUI AGORA!](#)

Questões Comentadas

PORTUGUÊS

01) Atenção: Considere o poema do escritor paraibano Augusto dos Anjos para responder à questão.

Como um fantasma que se refugia
Na solidão da natureza morta,
Por trás dos ermos túmulos, um dia,
Eu fui refugiar-me à tua porta!

Fazia frio e o frio que fazia
Não era esse que a carne nos conforta...
Cortava assim como em carniçaria¹
O aço das facas incisivas corta!

Mas tu não vieste ver minha Desgraça!
E eu saí, como quem tudo repele,
- Velho caixão a carregar destroços -

Levando apenas na tumbal carcaça
O pergaminho singular da pele
E o chocalho fatídico dos ossos!

(ANJOS, Augusto dos. Toda poesia. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011)

¹**carniçaria: açougue.**

Verifica-se rima (ou seja, coincidência final de sons) entre palavras de mesma classe gramatical em:

- A) fazia/carniçaria (2ª estrofe).
- B) conforta/corta (2ª estrofe).
- C) repele/pele (3ª /4ª estrofes).
- D) refugia/dia (1ª estrofe).
- E) morta/porta (1ª estrofe).

Comentário:

Vamos analisar as opções:

A) fazia/carniçaria (2ª estrofe).

"Fazia" é verbo e "carniçaria" é substantivo. Portanto, não são da mesma classe gramatical.

B) conforta/corta (2ª estrofe).

Ambas as palavras são verbos. Portanto, são da mesma classe gramatical.

C) repele/pele (3ª /4ª estrofes).

"Repele" é verbo e "pele" é substantivo. Portanto, não são da mesma classe gramatical.

D) refugia/dia (1ª estrofe).

"Refugia" é verbo e "dia" é substantivo. Portanto, não são da mesma classe gramatical.

E) morta/porta (1ª estrofe).

"Morta" é adjetivo e "porta" é substantivo. Portanto, não são da mesma classe gramatical.

Das opções apresentadas, as que possuem rima entre palavras de mesma classe gramatical são: B) conforta/corta (2ª estrofe)

Gabarito: Letra B.

02) Atenção: Leia o texto “Liberdade e necessidade ao revés”, de Eduardo Giannetti, para responder à questão.

“Por meios honestos se você conseguir, mas por quaisquer meios faça dinheiro”, preconiza - prenhe de sarcasmo - o verso de Horácio. Desespero, precisão ou cobiça, dentro ou fora da lei: o dinheiro nos incita a fazer o que de outro modo não faríamos. Suponha, entretanto, um súbito e imprevisto bafejo da fortuna - um prêmio lotérico, uma indenização milionária, uma inesperada herança. Quem continuaria a fazer o que faz para ganhar a vida caso não fosse mais necessário fazê-lo? Estamos acostumados a considerar o trabalho como algo a que nos sujeitamos, mais ou menos a contragosto, para obter uma renda - como um sacrifício ou necessidade imposta de fora; ao passo que o consumo é tomado como a esfera por excelência da livre escolha: o território sagrado para o exercício da nossa liberdade individual. A possibilidade de satisfazer, ainda que parcialmente, nossos desejos e fantasias de consumo se afigura como a merecida recompensa - ou suborno, diriam outros - capaz de atenuar a frustração e aliviar o aborrecimento de ocupações que de outro modo não teríamos e não nos dizem respeito.

Daí que, na feliz expressão do jovem Marx, “o trabalhador só se sente ele mesmo quando não está trabalhando; quando ele está trabalhando, ele não se sente ele mesmo”. - Mas, se o mundo do trabalho está vedado às minhas escolhas e modo de ser; onde poderei expressar a minha individualidade? Impedido de ser quem sou no trabalho - escritório, chão de fábrica, call center, guichê, balcão - , extravaso a minha identidade no consumo - shopping, butique, salão, restaurante, showroom. Fonte de elã vital, o ritual da compra energiza e a posse ilumina a alma do consumidor. A compra de bens externos molda a identidade e acena com a promessa de distinção: ser notado, ser ouvido, ser tratado com simpatia, respeito e admiração pelos demais. Não o que faço, mas o que possuo - e, sobretudo, o que sonho algum dia ter - diz ao mundo quem sou. Servo impessoal no ganho, livre e soberano no gasto.

(Adaptado de: GIANNETTI, Eduardo. Trópicos utópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 2016)

Suponha, entretanto, um súbito e imprevisto bafejo da fortuna - um prêmio lotérico, uma indenização milionária, uma inesperada herança. (1º parágrafo)

Considerando o contexto, o termo sublinhado acima pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido do texto, por:

- A) conforme;
- B) assim;
- C) portanto;
- D) contudo;
- E) pois.

Comentário:

O termo "Suponha, entretanto," introduz uma situação hipotética que contrasta com a ideia anterior. O termo "entretanto" é usado para introduzir uma ideia que contrasta ou se opõe à ideia anteriormente apresentada.

Dentre as opções apresentadas, a que melhor mantém esse sentido de contraste é: D) contudo.

Gabarito: Letra D.

03) O termo sublinhado em “Estamos acostumados a considerar o trabalho como algo a que nos sujeitamos, mais ou menos a contragosto, para obter uma renda” (1º parágrafo) refere-se a

- A) renda.

- B) contragosto.
- C) nos [pronome].
- D) nós [sujeito oculto de "sujeitamos"].
- E) algo.

Comentário:

O termo sublinhado é "a que nos sujeitamos". Vamos analisar a frase:

"Estamos acostumados a considerar o trabalho como algo a que nos sujeitamos, mais ou menos a contragosto, para obter uma renda."

O pronome relativo "que" está retomando um antecedente na frase. Esse antecedente é o termo ao qual o pronome relativo se refere.

Nesse contexto, o "que" refere-se ao "trabalho", que é mencionado como "algo" na frase. Portanto, o antecedente do pronome relativo "que" é "algo", que, por sua vez, refere-se ao "trabalho".

Assim, a resposta correta é: E) algo.

Gabarito: Letra E.

04) Verifica-se o emprego de vírgula para separar elementos de uma enumeração em:

- A) Daí que, na feliz expressão do jovem Marx, "o trabalhador só se sente ele mesmo quando não está trabalhando; quando ele está trabalhando, ele não se sente ele mesmo" (2º parágrafo).
- B) Impedido de ser quem sou no trabalho - escritório, chão de fábrica, call center, guichê, balcão (2º parágrafo).
- C) Não o que faço, mas o que possuo - e, sobretudo, o que sonho algum dia ter - diz ao mundo quem sou (2º parágrafo).
- D) "Por meios honestos se você conseguir, mas por quaisquer meios faça dinheiro", preconiza - prenehe de sarcasmo - o verso de Horácio (1º parágrafo).
- E) A possibilidade de satisfazer, ainda que parcialmente, nossos desejos e fantasias de consumo se afigura como a merecida recompensa - ou suborno, diriam outros (1º parágrafo).

Comentário:

Uma **enumeração por vírgulas** é uma técnica estilística e gramatical na qual vários itens ou elementos são listados em sequência e separados por vírgulas. Esta técnica é frequentemente usada para listar características, objetos, ações ou qualquer outro conjunto de itens relacionados. A enumeração pode ajudar a dar ênfase, clareza ou ritmo ao texto.

Por exemplo: "Para o piquenique, levei **sanduíches, frutas, suco, biscoitos e um cobertor.**"

Neste exemplo, os itens "sanduíches", "frutas", "suco", "biscoitos" e "cobertor" são enumerados e separados por vírgulas. A enumeração por vírgulas é uma maneira eficaz de apresentar uma lista de itens de forma clara e concisa.

- B) Impedido de ser quem sou no trabalho - escritório, chão de fábrica, call center, guichê, balcão (2º parágrafo).

Nesta opção, as vírgulas estão sendo usadas para separar elementos de uma enumeração: "escritório", "chão de fábrica", "call center", "guichê" e "balcão".

Gabarito: Letra B.

05) O autor dirige-se explicitamente a seu leitor no seguinte trecho:

- A) o ritual da compra energiza e a posse ilumina a alma do consumidor (2º parágrafo).
- B) A compra de bens externos molda a identidade (2º parágrafo).
- C) Impedido de ser quem sou no trabalho [...], extravaso a minha identidade no consumo (2º parágrafo).
- D) o trabalhador só se sente ele mesmo quando não está trabalhando (2º parágrafo).
- E) Suponha, entretanto, um súbito e imprevisto bafejo da fortuna (1º parágrafo).

Comentário:

A) o ritual da compra energiza e a posse ilumina a alma do consumidor (2º parágrafo).

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% OFF: [CLIQUE AQUI AGORA!](#)

Neste trecho, o autor faz uma afirmação sobre o ritual da compra e a posse, mas não se dirige explicitamente ao leitor.

B) A compra de bens externos molda a identidade (2º parágrafo).

Neste trecho, o autor faz uma afirmação sobre a compra de bens externos, mas não se dirige explicitamente ao leitor.

C) Impedido de ser quem sou no trabalho [...], extravaso a minha identidade no consumo (2º parágrafo).

Neste trecho, o autor fala sobre si mesmo, mas não se dirige explicitamente ao leitor.

D) o trabalhador só se sente ele mesmo quando não está trabalhando (2º parágrafo).

Neste trecho, o autor faz uma afirmação sobre o trabalhador, mas não se dirige explicitamente ao leitor.

E) Suponha, entretanto, um súbito e imprevisto bafejo da fortuna (1º parágrafo).

Neste trecho, o autor utiliza o verbo "Suponha", dirigindo-se diretamente ao leitor e pedindo que ele imagine ou considere uma situação hipotética.

Portanto, o trecho em que o autor se dirige explicitamente ao leitor é: **E)** Suponha, entretanto, um súbito e imprevisto bafejo da fortuna (1º parágrafo).

Gabarito: Letra E.

06) No texto, o autor estabelece uma oposição entre

- A) trabalho e consumo.
- B) trabalho e sacrifício.
- C) cobiça e dinheiro.
- D) consumo e liberdade.
- E) sacrifício e frustração.

Comentário:

O texto diz: "Estamos acostumados a considerar o trabalho como algo a que nos sujeitamos, mais ou menos a contragosto, para obter uma renda - como um sacrifício ou necessidade imposta de fora; ao passo que o consumo é tomado como a esfera por excelência da livre escolha: o território sagrado para o exercício da nossa liberdade individual." Aqui, o autor estabelece uma oposição entre a natureza do trabalho (algo a que nos sujeitamos) e o consumo (esfera da livre escolha).

Gabarito: Letra A.

07) Estamos acostumados a considerar o trabalho como algo a que nos sujeitamos, mais ou menos a contragosto, para obter uma renda. (1º parágrafo)

Em relação ao trecho que a precede, a oração sublinhada expressa ideia de

- A) condição.
- B) proporção.
- C) consequência.
- D) finalidade.
- E) causa.

Comentário:

Orações Subordinadas Adverbiais Finais

Os conectivos trazem uma ideia de propósito.

Conectivos: para que, a fim de que, do modo que, porque (quando igual a para que), de sorte que, que.

Ex: Cantarei para que fique tranquilo.

O. Principal....O.S.A.Final

Ex: **Cantarei** porque fique tranquilo.
O. Principal....O.S.A.Final

Ex: **Toquei** a fim de que ficasse tranquilo.
O. Principal....O.S.A.Final

Gabarito: Letra D.

08) Atenção: Leia o conto “Casos de baleias”, de Carlos Drummond de Andrade, para responder à questão.

A baleia telegrafou ao superintendente da Pesca, queixando-se de que estava sendo caçada demais, e a continuar assim sua espécie desapareceria com prejuízo geral do meio ambiente e dos usuários.

O superintendente, em ofício, respondeu à baleia que não podia fazer nada senão recomendar que de duas baleias uma fosse poupada, e esta ganhasse número de registro para identificar-se.

Em face dessa resolução, todas as baleias providenciaram registro, e o obtiveram pela maneira como se obtêm essas coisas, à margem dos regulamentos. O mar ficou coalhado de números, que rabeavam alegremente, e o esguicho dos cetáceos, formando verdadeiros festivais no alto oceano, dava ideia de imenso jardim explodindo em repuxos, dourados de sol, ou prateados de lua.

Um inspetor da Superintendência, intrigado com o fato de que ninguém mais conseguia caçar baleia, pôs-se a examinar os livros e verificou que havia infinidade de números repetidos. Cancelou-se o registro, e os funcionários responsáveis pela fraude, jogados ao mar, foram devorados pelas baleias, que passaram a ser caçadas indiscriminadamente. A recomendação internacional para suspender a caça por tempo indeterminado só alcançará duas baleias vivas, escondidas e fantasiadas de rochedo, no litoral do Espírito Santo.

(ANDRADE, Carlos Drummond de. Contos plausíveis. São Paulo: Companhia das Letras, 2012)

O superintendente, em ofício, respondeu à baleia que não podia fazer nada (2º parágrafo)

Ao se transpor o trecho acima para o discurso direto, o verbo sublinhado assume a seguinte forma:

- A) pudesse;
- B) possa;
- C) poderia;
- D) pude;
- E) posso.

Comentário:

No trecho original, o verbo "podia" está no pretérito imperfeito do indicativo, e a frase está no discurso indireto. Ao transpor para o discurso direto, a frase se tornaria algo que o superintendente disse diretamente à baleia. Portanto, o verbo deve ser ajustado para o presente do indicativo, que é a forma verbal que corresponde ao momento em que a ação está ocorrendo.

A forma correta do verbo "poder" no presente do indicativo, primeira pessoa do singular, é "posso".

Portanto, a resposta correta é: E) posso.

INDIRETO: O superintendente, em ofício, respondeu à baleia que não podia fazer nada.

DIRETO: O superintendente, em ofício, respondeu à baleia: eu não posso fazer nada.

Gabarito: Letra E.

09) Cancelou-se o registro (4º parágrafo).

Ao se transpor o trecho acima para a voz passiva analítica, a forma verbal resultante será:

- A) cancelariam.
- B) fora cancelado.
- C) foi cancelado.
- D) cancelaram.

E) seria cancelado.

Comentário:

O trecho "Cancelou-se o registro" está na voz passiva sintética (ou pronominal). O verbo está no pretérito perfeito do indicativo.

Para transformar a frase para a voz passiva analítica, precisamos de um verbo auxiliar (ser ou estar) seguido do particípio passado do verbo principal. No caso do verbo "cancelar", o particípio é "cancelado".

Dado que o verbo original está no pretérito perfeito, a forma correta do verbo auxiliar "ser" nesse tempo é "foi".

Portanto, a frase na voz passiva analítica fica: "O registro foi cancelado."

A resposta correta é: C) foi cancelado.

Gabarito: Letra C.

10) Retoma um termo mencionado anteriormente no texto a palavra sublinhada no seguinte trecho:

A) Cancelou-se o registro (4º parágrafo).

B) Um inspetor da Superintendência [...] pôs-se a examinar os livros (4º parágrafo).

C) e o obtiveram pela maneira como se obtêm essas coisas (3º parágrafo).

D) e a continuar assim sua espécie desapareceria (1º parágrafo).

E) e o esguicho dos cetáceos [...] dava ideia de imenso jardim (3º parágrafo).

Comentário:

C) e **o** obtiveram pela maneira como se obtêm essas coisas (3º parágrafo).

O pronome "o" retoma o termo "registro" mencionado anteriormente neste parágrafo.

Em face dessa resolução, todas as baleias providenciaram **registro**, e **o** obtiveram pela maneira como se obtêm essas coisas, à margem dos regulamentos.

Gabarito: Letra C.

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

11) De acordo com a Lei n.º 13.146/2015 (Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência), o comportamento que impede a participação social da pessoa é considerado

A) disfuncional.

B) disruptivo.

C) barreira.

D) distúrbio.

E) desestruturado.

Comentário:

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

(...)

IV - **barreiras**: qualquer **entreve, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social** da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

Gabarito: Letra C.

12) Considere a seguinte situação hipotética: em 2018, determinada empresa concessionária de serviço de transporte coletivo não reservou assentos, devidamente identificados, aos idosos, gestantes, lactantes, pessoas portadoras de deficiência e pessoas acompanhadas por crianças de colo, razão pela qual foi multada, nos termos da Lei n.º 10.048/2000. Em 2019, a empresa praticou a mesma infração, uma vez que

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% OFF: [CLIQUE AQUI AGORA!](#)

alguns veículos de sua frota desrespeitaram a norma supracitada. Nos termos da Lei nº 10.048/2000, a empresa estará sujeita, por cada veículo que descumpriu a norma legal, ao pagamento de multa de

- A) R\$ 500 00 a R\$ 2.500 00.
- B) R\$ 1.000,00 a R\$ 5.000,00.
- C) R\$ 250 00 a R\$ 1.500, 00.
- D) R\$ 500 00 a R\$ 2.000 00.
- E) R\$ 250 00 a R\$ 2.500 00.

Comentário:

Lei 10.048/00. Art. 6 A infração ao disposto nesta Lei sujeitará os responsáveis:

II – no caso de empresas concessionárias de serviço público, a multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), por veículos sem as condições previstas nos arts. 3 e 5 ;

Parágrafo único. As penalidades de que trata este artigo serão elevadas ao dobro, em caso de reincidência.

Gabarito: Letra B.

13) José é pessoa com deficiência e está internado em hospital público para tratamento de determinada doença. Nos termos da Lei nº 13.146/2015, José tem direito

- A) apenas a acompanhante, devendo o órgão ou a instituição de saúde proporcionar condições adequadas para sua permanência por, no máximo, doze horas.
- B) a acompanhante ou a atendente pessoal, devendo o órgão ou a instituição de saúde proporcionar condições adequadas para sua permanência em tempo integral.
- C) a acompanhante ou a atendente pessoal, devendo o órgão ou a instituição de saúde proporcionar condições adequadas para sua permanência por, no máximo, quinze horas.
- D) apenas a atendente pessoal, devendo o órgão ou a instituição de saúde proporcionar condições adequadas para sua permanência por, no máximo, doze horas.
- E) apenas a acompanhante, devendo o órgão ou a instituição de saúde proporcionar condições adequadas para sua permanência por, no máximo, quinze horas.

Comentário:

Art. 22. À pessoa com deficiência **internada** ou em **observação** é assegurado o **direito a acompanhante** ou a **atendente pessoal**, devendo o órgão ou a instituição de saúde proporcionar condições adequadas para sua permanência em tempo integral.

§ 1º Na **impossibilidade de permanência** do acompanhante ou do atendente pessoal junto à pessoa com deficiência, cabe ao **profissional de saúde** responsável pelo tratamento justificá-la por **escrito**.

§ 2º Na ocorrência da impossibilidade prevista no § 1º deste artigo, o órgão ou a instituição de saúde **deve adotar as providências cabíveis para suprir a ausência** do acompanhante ou do atendente pessoal.

Gabarito: Letra B.

14) A empresa ABC é locadora de veículos e possui inúmeros veículos para atender os diversos Estados do Brasil. Nos termos da Lei nº 13.146/2015, essa empresa é obrigada a oferecer

- A) 1 veículo adaptado para uso de pessoa com deficiência, a cada conjunto de 30 veículos de sua frota.
- B) 2 veículos adaptados para uso de pessoa com deficiência, a cada conjunto de 20 veículos de sua frota.
- C) 3 veículos adaptados para uso de pessoa com deficiência, a cada conjunto de 20 veículos de sua frota.
- D) 3 veículos adaptados para uso de pessoa com deficiência, a cada conjunto de 30 veículos de sua frota.
- E) 1 veículo adaptado para uso de pessoa com deficiência, a cada conjunto de 20 veículos de sua frota.

Comentário:

Art. 52. As **locadoras de veículos** são **obrigadas** a oferecer **1 veículo adaptado** para uso de pessoa com deficiência, **a cada conjunto de 20 veículos** de sua frota.

Parágrafo único. O veículo adaptado deverá ter, **no mínimo**, câmbio automático, direção hidráulica, vidros elétricos e comandos manuais de freio e de embreagem.

Requisitos Mínimos do Veículo Adaptado à PCD

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% OFF: [CLIQUE AQUI AGORA!](#)

- * Câmbio automático;
- * Direção hidráulica;
- * Vidros elétricos;
- * Comandos manuais de freio e de embreagem.

Importante!	
Lei 10.098/20	Banheiro de Uso público: no mínimo, 1 sanitário e lavatório acessível. Brinquedo e Equipamento de Lazer: no mínimo, 5% de cada brinquedo e equipamento de lazer.
Lei 13.146/15	Unidades habitacionais: no mínimo, 3%. Hotéis, pousadas e similares: no mínimo, 10% , garantida, no mínimo, 1 unidade. Vagas de Estacionamento: no mínimo, 2% , garantida, no mínimo, 1 vaga. Frotas de empresas de táxi: 10%. Locadoras de veículos: 1 veículo para cada 20 veículos. Telecentros e as lan houses: no mínimo, 10% de seus computadores ou pelo menos 1 equipamento percentual for inferior a 1.
Lei 8.112/90. D. 9.508/18.	Concurso Público: no mínimo, 5% e, no máximo, 20% das vagas oferecidas no concurso.

Gabarito: Letra E.

SUSTENTABILIDADE

15) A definição de “coleta seletiva solidária” na política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário (Resolução CNJ nº 400/2021) consiste

- A) na análise da série histórica de consumo e inovações do mercado consumidor.
- B) na aquisição conjunta de bens e serviços que geram menor impacto ambiental, maior inclusão social.
- C) nos parâmetros utilizados para avaliação e comparação de bens em função do seu impacto ambiental, social e econômico.
- D) na destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.
- E) no processo de coordenação do fluxo de materiais considerando o ambientalmente correto e o desenvolvimento econômico equilibrado.

Comentário:

CNJ. Res. 400. Art. 3º. Para os fins desta Resolução, consideram-se:

I – ações de sustentabilidade: práticas institucionais que tenham como objetivo a promoção de comportamentos éticos e que contribuam para o desenvolvimento ambiental, social, cultural e econômico, melhorando, simultaneamente, o meio ambiente e a qualidade de vida do quadro de pessoal e auxiliar do Poder Judiciário, da comunidade local e da sociedade como um todo;

II – coleta seletiva: coleta de resíduos sólidos previamente separados conforme sua constituição ou composição com destinação ambientalmente adequada;

III – **coleta seletiva solidária**: coleta dos resíduos recicláveis descartados, separados na fonte geradora, para **destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis**;

IV – contratações compartilhadas: aquisição conjunta de bens e serviços que geram menor impacto ambiental, maior inclusão social, consideram a dimensão cultural da sustentabilidade e a eficiência econômica, com ganho de escala, realizada por organizações públicas de diferentes setores ou entre unidades de uma mesma organização pública, visando fomentar a produção e o consumo sustentáveis no país;

V – critérios de sustentabilidade: parâmetros utilizados para avaliação e comparação de bens, materiais ou serviços em função do seu impacto ambiental, social e econômico;

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% OFF: [CLIQUE AQUI AGORA!](#)

VI – quadro de pessoal: magistrados(as) e servidores(as) efetivos, requisitados(as), cedidos(as) e comissionados(as) sem vínculo;

VII – quadro auxiliar: estagiários(as), terceirizados(as), juizes(as) leigos(as), trabalhadores(as) de serventias judiciais privatizadas, conciliadores(as), voluntários(as) e jovens aprendizes;

VIII – gestão documental: conjunto de procedimentos e operações técnicas para produção, tramitação, uso e avaliação de documentos, com vistas à sua guarda permanente ou eliminação, mediante o uso razoável de critérios de responsabilidade ambiental;

IX – logística sustentável: processo de coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, considerando o ambientalmente correto, o socialmente justo e o desenvolvimento econômico equilibrado;

X – material de consumo: todo material que, em razão de sua utilização, perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada a 2 (dois) anos;

XI – órgãos do Poder Judiciário: conselhos e tribunais do Poder Judiciário;

XII – PLS-Jud: sistema informatizado para recebimento dos dados referentes aos Planos de Logística Sustentável dos órgãos do Poder Judiciário;

XIII – ponto de equilíbrio: quantidade ideal de recursos materiais necessários para execução das atividades desempenhadas por uma unidade de trabalho, sem prejuízo de sua eficiência;

XIV – práticas de racionalização: ações que tenham como objetivo a melhoria da qualidade do gasto público e o aperfeiçoamento contínuo na gestão dos processos de trabalho; e

XV – resíduos recicláveis descartados: materiais passíveis de retorno ao seu ciclo produtivo, rejeitados pelos órgãos do Poder Judiciário.

Gabarito: Letra D.

GOOGLE WORKSPACE

16) O Google Drive é uma ferramenta que permite o armazenamento de arquivos na nuvem. Suponha que um usuário A tenha criado uma pasta no Google Drive para arquivos de um Projeto X qualquer. Para compartilhar essa pasta do Projeto X no Google Drive com outros usuários, a partir de uma estação de trabalho, é necessário:

- A) solicitar o compartilhamento da pasta ao Google, por e-mail.
- B) dispor do número do telefone celular dos outros usuários, de modo a cadastrá-los para ter acesso à pasta.
- C) notificar os outros usuários que eles precisam estar usando o Google Drive no momento em que o usuário A compartilhar a pasta.
- D) enviar aos outros usuários o endereço (link) da pasta.
- E) aguardar três dias após a criação da pasta para que ela possa ser compartilhada.

Comentário:

A alternativa correta sobre como compartilhar uma pasta no Google Drive é:

- D) enviar aos outros usuários o endereço (link) da pasta.

Quando você compartilha uma pasta no Google Drive, pode gerar um link de compartilhamento e enviar esse link para outras pessoas. Elas podem acessar a pasta através desse link, desde que tenham as permissões adequadas (pode ser visualização, edição, etc., conforme definido pelo usuário A).

Gabarito: Letra D.

17) Ao utilizar o Gmail para enviar um e-mail a um destinatário, você se depara com a opção de "enviar e-mails como". Qual é a funcionalidades dessa opção?

- A) Enviar e-mail com um remetente oculto.
- B) Enviar e-mail para várias pessoas ao mesmo tempo.

- C) Enviar e-mail com cópia para várias pessoas de forma oculta.
- D) Enviar e-mail a partir de outros endereços de e-mail.
- E) Receber e-mails.

Comentário:

A opção "enviar e-mails como" no Gmail permite:

- D) Enviar e-mail a partir de outros endereços de e-mail.

Essa funcionalidade permite que você envie e-mails usando o Gmail, mas com um endereço de e-mail diferente como remetente, seja ele de outro domínio ou de outro serviço de e-mail. Por exemplo, você pode ter um endereço de e-mail pessoal e um endereço de e-mail profissional e usar ambos através da sua conta do Gmail, escolhendo qual endereço aparecerá como remetente quando enviar um e-mail.

Gabarito: Letra D.

CÓDIGO DE ETICA E REGIMENTO DO TRT21

18) De acordo com a Resolução Administrativa nº 20/2021 do TRT 21, assinale a alternativa correta.

- A) São órgãos da Justiça do Trabalho da 21ª Região o Tribunal Regional do Trabalho, os Juízes do Trabalho e as Varas eleitorais.
- B) O Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região tem sede em Natal e jurisdição no Estado do Rio Grande do Norte e é composto por 11 Desembargadores do Trabalho, nomeados pelo Presidente da República, na forma estabelecida na Constituição Federal.
- C) As Varas do Trabalho têm sede e jurisdição fixadas em lei ou Resolução Administrativa e estão administrativamente subordinadas ao Tribunal.
- D) A criação de Municípios, por desmembramento, amplia a jurisdição da Vara do Trabalho respectiva, com a exclusão do novo Município, podendo o Pleno do Tribunal deliberar diversamente, de forma justificada.
- E) O Tribunal, depois de instalada a Vara do Trabalho, não poderá alterar a sua sede e/ou a sua jurisdição, a partir de iniciativa da Presidência e quando constatada a necessidade de otimização da prestação jurisdicional, observado o princípio da eficiência, podendo ainda deliberar pela criação de postos avançados.

Comentário:

Letra A: Errada.

TRT21-Res. 23/21. Art. 1º São órgãos da Justiça do Trabalho da 21ª Região:

- I – O Tribunal Regional do Trabalho;
- II – Os Juízes do Trabalho.

Letra B: Errada.

TRT21-Res. 23/21. Art. 2º O Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região tem sede em Natal e jurisdição no Estado do Rio Grande do Norte e é composto por **10 Desembargadores** do Trabalho, nomeados pelo Presidente da República, na forma estabelecida na Constituição Federal.

Parágrafo único. As atribuições e competências dos Desembargadores do Trabalho são aquelas dispostas na Constituição Federal, na legislação infraconstitucional e neste Regimento.

Letra C: Correta.

TRT21-Res. 23/21. Art. 3º As Varas do Trabalho têm sede e jurisdição fixadas em lei ou Resolução Administrativa e estão administrativamente subordinadas ao Tribunal.

Letra D: Errada.

TRT21-Res. 23/21. Art. 3º § 1º A criação de Municípios, por desmembramento, amplia a jurisdição da Vara do Trabalho respectiva, com a inclusão do novo Município, podendo o Pleno do Tribunal deliberar diversamente, de forma justificada.

Letra E: Errada.

TRT21-Res. 23/21. Art. 3º § 2º O Tribunal, depois de instalada a Vara do Trabalho, poderá alterar a sua sede e/ou a sua jurisdição, a partir de iniciativa da Presidência e quando constatada a necessidade de otimização da prestação jurisdicional, observado o princípio da eficiência, podendo ainda deliberar pela criação de postos avançados.

Gabarito: Letra C.

19) De acordo com a Resolução Administrativa nº 20/2021 do TRT 21, a antiguidade dos Desembargadores e dos Juízes Titulares de Varas do Trabalho, para efeitos legais e regimentais, observará a vitaliciedade, com aplicação sucessiva dos seguintes critérios, exceto:

- A) posse
- B) tempo de serviço público federal
- C) idade.
- D) exercício, na classe, no TRT 21.
- E) posição de aprovação.

Comentário:

TRT21-Res. 23/21. Art. 8º A antiguidade dos Desembargadores e dos Juízes Titulares de Varas do Trabalho, para efeitos legais e regimentais, observará a vitaliciedade, com aplicação sucessiva dos seguintes critérios:

I – posse;

II – exercício, na classe, no Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região;

III – tempo de serviço público federal;

IV – tempo de serviço público;

V – idade.

Gabarito: Letra E.

20) De acordo com a Resolução Administrativa nº 20/2021 do TRT 21, compete ao Presidente do TRT-21:

- A) executar e fazer cumprir as suas próprias decisões, as do Tribunal e as dos Tribunais Superiores, determinando aos Juízes de primeira instância a realização dos atos processuais e das diligências que se fizerem necessárias;
- B) exercer correição ordinária nas Varas do Trabalho, pelo menos uma vez por ano, além de atuação permanente em processos de correição dirigidos ao Tribunal;
- C) realizar, de ofício, ou a requerimento, sempre que se fizerem necessárias, inspeções e correições extraordinárias nas Varas do Trabalho;
- D) conhecer das representações e reclamações relativas aos serviços judiciários de primeiro grau, determinando a apuração de fatos, instauração de sindicâncias ou promovendo as diligências que se fizerem necessárias, encaminhando as conclusões à Presidência do Tribunal;
- E) processar e decidir sobre correições parciais contra atos ou omissões atentatórios à boa ordem processual, bem como pedidos de providências e reclamações por excesso de prazo, com referência a processos em tramitação na primeira instância.

Comentário:

Letra A: Correta.

TRT21-Res. 23/21. Art. 21. Compete ao Presidente:

XI - executar e fazer cumprir as suas próprias decisões, as do Tribunal e as dos Tribunais Superiores, determinando aos Juízes de primeira instância a realização dos atos processuais e das diligências que se fizerem necessárias;

Letras B/C/D/E: Erradas.

TRT21-Res. 23/21. Art. 25. Compete ao Corregedor Regional:

I - exercer correição ordinária nas Varas do Trabalho, pelo menos uma vez por ano, além de atuação permanente em processos de correição dirigidos ao Tribunal;

II - realizar, de ofício, ou a requerimento, sempre que se fizerem necessárias, inspeções e correções extraordinárias nas Varas do Trabalho;

III - conhecer das representações e reclamações relativas aos serviços judiciários de primeiro grau, determinando a apuração de fatos, instauração de sindicâncias ou promovendo as diligências que se fizerem necessárias, encaminhando as conclusões à Presidência do Tribunal;

IV - processar e decidir sobre correções parciais contra atos ou omissões atentatórios à boa ordem processual, bem como pedidos de providências e reclamações por excesso de prazo, com referência a processos em tramitação na primeira instância;

Gabarito: Letra A.

DIREITO DO TRABALHO

21) O termo “fonte do direito” é empregado metaforicamente no sentido de origem primária do direito ou fundamento de validade da ordem jurídica. No Direito do Trabalho, o estudo das fontes é de relevada importância, subdividindo-se em algumas modalidades. Assim sendo, considera-se fonte formal heterônoma do Direito do Trabalho:

- A) As convenções coletivas de trabalho firmadas entre sindicatos de categorias profissional e econômica.
- B) Os acordos coletivos de trabalho firmados entre uma determinada empresa e o sindicato da categoria profissional.
- C) As greves de trabalhadores por reajuste salarial de toda a categoria.
- D) Os fenômenos sociais, políticos e econômicos que inspiram a formação das normas juslaborais.
- E) A sentença normativa proferida em dissídio coletivo.

Comentário:

Fontes Formais	
Autônomas	Heterônomas
São fontes criadas diretamente pelos próprios interessados . Não tem participação direta do poder público. Ex: Acordo Coletivo de trabalho, Convenção Coletiva de trabalho e costumes.	São fontes criadas por agentes externos (Estado ou terceiros não interessados) que não estão diretamente interessados na situação concreta . Tem participação direta do poder público . Exemplos de Fontes Heterônomas: * Poder Legislativo: Constituição Federal, Leis, Decretos Legislativos, Acordos Internacionais. * Poder Executivo: Medida Provisória, Leis Delegadas. * Poder Judiciário: Súmulas Vinculantes, Sentenças Normativas , Dissídio Coletivo.

Gabarito: Letra E.

22) Em relação aos princípios que norteiam o Direito do Trabalho, considerando-se a doutrina, a legislação e as Súmulas de Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho,

- A) de acordo com o princípio da intangibilidade contratual objetiva, o conteúdo do contrato de emprego pode ser modificado, caso ocorra efetiva mudança no plano do sujeito empresarial.
- B) o princípio da irrenunciabilidade informa que o Direito do Trabalho impede a supressão de direitos trabalhistas em face do exercício, pelo devedor trabalhista, de prerrogativa legal.
- C) não há nenhum dispositivo expresso que atribui aos princípios uma função integrativa ou que indique a primazia do interesse público na Consolidação das Leis do Trabalho, porque a mesma regula o contrato individual nas relações de trabalho.
- D) em razão do princípio da primazia da realidade sobre a forma, o Juiz do Trabalho privilegia a situação de fato, devidamente comprovada, em detrimento dos documentos ou do rótulo conferido à relação de direito material.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% OFF: [CLIQUE AQUI AGORA!](#)

E) o princípio da continuidade do contrato de trabalho constitui presunção favorável ao empregador, razão pela qual tanto o ônus da prova quanto seu término é do empregado, nas hipóteses em que são negados a prestação dos serviços e o despedimento.

Comentário:

Letra A: Errada.

CLT. Art. 10 - Qualquer alteração na estrutura jurídica da empresa **não afetará** os direitos adquiridos por seus empregados.

CLT. Art. 448 - A **mudança** na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa **não afetará** os contratos de trabalho dos respectivos empregados.

Letra B: Errada.

OJ 251 – SDI1

É **lícito** o **desconto salarial** referente à devolução de cheques sem fundos, quando o frentista não observar as recomendações previstas em instrumento coletivo.

Letra C: Errada.

CLT. Art. 8º - As autoridades administrativas e a Justiça do Trabalho, **na falta de disposições legais ou contratuais**, decidirão, conforme o caso, pela jurisprudência, por analogia, por equidade e outros princípios e normas gerais de direito, principalmente do direito do trabalho, e, ainda, de acordo com os usos e costumes, o direito comparado, mas sempre de maneira que **nenhum interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público**.

Letra D: Correta.

Princípio da Primazia da Realidade	Estabelece que a realidade prática vivida pelo empregado prevalece perante o que está formalizado nos contratos e acordos trabalhistas.
	Verdade real prevalece sobre a formal.
	Dispositivos relacionados:
	CLT. Art. 9º - Serão nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos na presente Consolidação.
	CLT. Art. 442 - Contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso , correspondente à relação de emprego.
	TST/Súmula 12: As anotações apostas pelo empregador na carteira profissional do empregado não geram presunção "juris et de jure", mas apenas "juris tantum".
	TST/Súmula 338, III: Os cartões de ponto que demonstram horários de entrada e saída uniformes são inválidos como meio de prova, invertendo-se o ônus da prova, relativo às horas extras, que passa a ser do empregador, prevalecendo a jornada da inicial se dele não se desincumbir.

Letra E: Errada.

TST/Súmula 212

O **ônus de provar o término do contrato de trabalho**, quando negados a prestação de serviço e o despedimento, **é do empregador**, pois o princípio da continuidade da relação de emprego constitui presunção favorável ao empregado.

Gabarito: Letra D.

23) Vênus é empregada da empresa Raio de Luar Indústria e Comércio de Embalagens Ltda. que fornece condução para os 30 empregados irem e voltarem da fábrica, descontando do salário dos empregados a quantia de R\$ 20,00 mensais, para custos operacionais. A rede de transporte público regular é insuficiente para atender à localidade onde está situada a empresa. Considerando a Lei nº 13.467 de 2017, Vênus

A) faz jus às horas in itinere nos percursos de ida e volta, na medida em que o fornecimento de transporte pela empregadora é sempre causa ensejadora do direito em questão, ainda que haja cobrança parcial por parte do empregador.

B) não faz jus às horas in itinere nos percursos de ida e volta, na medida que, no percurso de ida e volta, não se considera à disposição do empregador, ainda que este forneça a condução.

C) não faz jus às horas in itinere nos percursos de ida e volta, na medida em que há desconto por parte do empregador da quantia de R\$ 20,00 mensais, o que indica não ser o fornecimento gratuito, que é requisito essencial para a hipótese.

D) faz jus às horas in itinere nos percursos de ida e volta, na medida em que a insuficiência de transporte público regular equipara-se, para os efeitos pretendidos pela legislação, ao local de difícil acesso, ensejando a pertinência do direito em questão.

E) faz jus às horas in itinere nos percursos de ida e volta, na medida em que a insuficiência de transporte público regular equipara-se, para os efeitos pretendidos pela legislação, à ausência de transporte público regular, ensejando a pertinência do direito em questão.

Comentário:

CLT. Art. 58 § 2º O tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, **inclusive o fornecido pelo empregador, não será computado** na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador.

Gabarito: Letra B.

24) Em relação ao teletrabalho,

A) a responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto, bem como ao reembolso de despesas arcadas pelo empregado, serão acordadas entre empregado e empregador, através de previsão em contrato escrito.

B) o comparecimento do empregado às dependências do empregador para a realização de atividades específicas descaracteriza o regime de teletrabalho.

C) o fato de o empregador instruir os empregados, de maneira expressa e ostensiva, quanto às precauções a tomar a fim de evitar doenças e acidentes do trabalho, impede a responsabilização do mesmo em caso de infortúnio com o teletrabalhador.

D) a alteração do regime de teletrabalho para o presencial depende da concordância do empregado sob pena de nulidade.

E) é considerada como teletrabalho a prestação de serviços fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação de propriedade do empregado, que também tem a responsabilidade em relação à sua conservação e manutenção.

Comentário:

Letra A: Correta.

CLT. Art. 75-D. As disposições relativas à **responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto, bem como ao reembolso de despesas arcadas pelo empregado, serão previstas em contrato escrito.**

Letra B: Errada.

CLT. Art. 75-B. § 1º O comparecimento, ainda que de modo habitual, às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento não descaracteriza o regime de teletrabalho ou trabalho remoto.

Letra C: Errada.

CLT. Art. 75-E. O empregador deverá instruir os empregados, de maneira **expressa e ostensiva**, quanto às **precauções** a tomar a fim de evitar doenças e acidentes de trabalho.

Letra D: Errada.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% OFF: [CLIQUE AQUI AGORA!](#)

CLT. Art. 75-C. § 2º. Poderá ser realizada a **alteração do regime de teletrabalho para o presencial** por determinação do empregador, garantido prazo de transição **mínimo de quinze dias**, com correspondente registro em aditivo contratual.

Atenção!	
Regime Presencial → Teletrabalho	Teletrabalho → Regime Presencial
Mútuo acordo entre as partes.	Determinação do empregador.
Aditivo Contratual	Aditivo Contratual
Sem prazo.	Prazo de transição mínimo de 15 dias.

Letra E: Errada.

CLT. Art. 75-B. Considera-se teletrabalho ou trabalho remoto a prestação de serviços fora das dependências do empregador, de maneira preponderante ou não, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação, que, por sua natureza, não configure trabalho externo.

Gabarito: Letra A.

25) Tem garantia provisória de emprego, EXCETO:

- A) o empregado que recebeu auxílio-doença acidentário por 45 dias, até 1 ano após a cessação do auxílio.
- B) o empregado que, não tendo optado pelo regime do FGTS, em 05/10/1988, contasse mais de 10 anos ininterruptos de trabalho para a mesma empresa.
- C) o empregado eleito vice-presidente de CIPA, até um ano após o término do mandato.
- D) o empregado no exercício do cargo de presidente de entidade sindical que firme acordo coletivo com seu empregador.
- E) a empregada, da confirmação da gravidez até 5 meses após o parto.

Comentário:

Letra A: Correta.

TST/Súmula 378
I - É constitucional o art. 118 da Lei 8.213/1991 que assegura o direito à estabilidade provisória por período de 12 meses após a cessação do auxílio-doença ao empregado acidentado.
II - São pressupostos para a concessão da estabilidade o afastamento superior a 15 dias e a consequente percepção do auxílio-doença acidentário , salvo se constatada, após a despedida, doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do contrato de emprego.
III - O empregado submetido a contrato de trabalho por tempo determinado goza da garantia provisória de emprego, decorrente de acidente de trabalho, prevista no art. 118 da Lei 8.213/1991.

Letra B: Errada.

Letra C: Correta.

Atenção!	
Representante do Empregador	Representante dos Empregados
Presidente da CIPA por <u>indicação</u> .	Vice-Presidente da CIPA por <u>eleição</u> .
Não tem estabilidade.	Tem estabilidade.

Letra D/E: Corretas.

Estabilidades Provisórias	
Dirigente Sindical CF/88. Art. 8º VIII	É vedada a dispensa do <u>empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura</u> a cargo de direção ou representação sindical e, <u>se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.</u>
Cipeiro e Suplente ADCT. Art. 10. II, "a"	Fica vedada a <u>dispensa arbitrária ou sem justa causa</u> do empregado eleito para cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes , <u>desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato.</u>

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% OFF: [CLIQUE AQUI AGORA!](#)

	TST/Súmula 339, I: O suplente da CIPA goza da garantia de emprego prevista no art. 10, II, "a", do ADCT a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988.
Gestante ADCT. Art. 10. II, "b"	Fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante , desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto . TST/Súmula 244, I: O desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade (art. 10, II, "b" do ADCT).
Acidente de Trabalho Lei 8.213. Art. 118.	O segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses , a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário , independentemente de percepção de auxílio-acidente.
Diretores de Cooperativas OJ 253/SDI	O art. 55 da Lei nº 5.764/71 assegura a garantia de emprego apenas aos empregados eleitos diretores de Cooperativas, não abrangendo os membros suplentes .

Gabarito: Letra B.

26) Adolescente de dezessete anos de idade participou de entrevista de emprego para exercer a atividade de auxiliar no armazenamento de botijões de gás, os quais seriam expostos para a venda em um posto de gasolina.

Nessa situação, o adolescente

- A) poderá ser contratado para trabalhar em horário compatível com o período escolar e anterior às vinte e duas horas.
- B) não poderá ser contratado, por expressa proibição legal.
- C) após contratado, seus pais ou responsável legal, deverão assinar seus recibos de pagamento de salários.
- D) deverá ser contratado na categoria de menor aprendiz.

Comentário:

Letra A/B/D: Errada/Correta/Errada.

CF/88.	
CF/88. Art. 7º - XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos , salvo na condição de aprendiz , a partir de quatorze anos ;	
Resumo	
Entre 14 e 16 anos	Aprendiz.
Entre 16 e 18 anos	É possível trabalhar, exceto trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
18 para cima	Qualquer trabalho.

CLT. Art. 405 - Ao **menor não será permitido** o trabalho:

I - nos locais e serviços perigosos ou insalubres, constantes de quadro para esse fim aprovado pelo Diretor Geral do Departamento de Segurança e Higiene do Trabalho;

Letra C: Errada.

CLT. Art. 439 - É **lícito ao menor** firmar recibo pelo pagamento dos salários. Tratando-se, porém, de rescisão do contrato de trabalho, **é vedado** ao **menor de 18 (dezoito) anos** dar, sem assistência dos seus responsáveis legais, quitação ao empregador pelo recebimento da indenização que lhe for devida.

Gabarito: Letra B.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

27) Em relação à competência da Justiça do Trabalho, em conformidade com a Emenda Constitucional nº 45 de 2004, considere:

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% OFF: [CLIQUE AQUI AGORA!](#)

I. Compete-lhe a execução, de ofício, da contribuição referente ao Seguro de Acidente de Trabalho, pois se destina ao financiamento de benefícios relativos à incapacidade do empregado decorrente de infortúnio no trabalho.

II. Não lhe compete apreciar pedido de complementação de pensão postulada por viúva de ex-empregado, ainda que se trate de pedido que deriva do contrato de trabalho.

III. Compete-lhe processar e julgar ação de interdito proibitório proposta por instituição financeira privada contra o Sindicato dos Trabalhadores da respectiva categoria, por meio da qual se busca garantir o livre acesso de empregados e de clientes à sua agência bancária em decorrência de movimento grevista.

IV. Não lhe compete processar e julgar ação ajuizada contra o ex-empregador, pela esposa de empregado que faleceu em decorrência de acidente do trabalho, postulando dano moral ocasionado pela morte do trabalhador.

Está correto o que se afirma APENAS em

- A) II e IV.
- B) I e III.
- C) I, II e IV.
- D) II, III e IV.
- E) III.

Comentário:

Item I: Correto.

CF/88. Art. 114. Compete à **Justiça do Trabalho** processar e julgar:

VIII - a execução, de **ofício**, das **contribuições sociais** previstas no art. 195, I, a, e II, e seus **acréscimos legais**, decorrentes das sentenças que proferir;

STF/Súmula Vinculante 53

A competência da Justiça do Trabalho prevista no **art. 114, VIII**, da Constituição Federal alcança a **execução de ofício** das **contribuições previdenciárias** relativas ao objeto da condenação constante das sentenças que proferir e acordos por ela **homologados**.

TST/Súmula 454

Compete à **Justiça do Trabalho** a **execução, de ofício, da contribuição** referente ao **Seguro de Acidente de Trabalho (SAT)**, que tem **natureza de contribuição para a seguridade social** (arts.114, VIII, e 195, I, "a", da CF), pois se destina ao financiamento de benefícios relativos à incapacidade do empregado decorrente de infortúnio no trabalho (arts. 11 e 22 da Lei nº 8.212/1991).

Item II: Errado.

OJ 26 – SDI1

A Justiça do Trabalho é competente para **apreciar pedido de complementação de pensão** postulada por **viúva de ex-empregado**, por se tratar de pedido que **deriva do contrato de trabalho**.

Item III: Correto.

CF/88. Art. 114. Compete à **Justiça do Trabalho** processar e julgar:

II as ações que envolvam exercício do direito de **greve**;

STF/Súmula Vinculante 23

A **Justiça do Trabalho** é competente para processar e julgar **ação possessória** ajuizada em decorrência do exercício do **direito de greve** pelos trabalhadores da iniciativa privada.

Item IV: Errado.

CF/88. Art. 114. Compete à **Justiça do Trabalho** processar e julgar:

VI as ações de indenização por **dano moral ou patrimonial**, decorrentes da relação de **trabalho**;

TST/Súmula 392

Nos termos do art. 114, inc. VI, da Constituição da República, a **Justiça do Trabalho** é competente para processar e julgar ações de indenização por **dano moral e material decorrentes da relação de trabalho, inclusive** as oriundas de **acidente de trabalho e doenças** a ele equiparadas, ainda que propostas pelos dependentes ou sucessores do trabalhador falecido.

Gabarito: Letra B.

28) Os atos processuais são os acontecimentos voluntários que ocorrem no processo e dependem de manifestações dos sujeitos do processo. Termo, por sua vez, é a reprodução gráfica do ato processual. Quanto aos prazos, diz-se necessário que os atos processuais caminhem para frente, observando determinadas regras quanto ao tempo. No que diz respeito aos atos, termos e prazos processuais a Consolidação das Leis do Trabalho estabelece:

- A) Os atos processuais sempre serão públicos e realizar-se-ão nos dias úteis das 6 às 20 horas.
B) A penhora poderá realizar-se em domingo, mas não em dia feriado, mediante autorização expressa do juiz ou presidente.
C) Os prazos que vencerem em sábado, domingo ou dia feriado terminarão no primeiro dia seguinte, independentemente de ser dia útil ou não.
D) Os prazos contam-se com inclusão do dia do começo e exclusão do dia do vencimento, e são contínuos e irrelevantes, não podendo, em nenhuma hipótese, ser prorrogados pelo juiz ou tribunal.
E) Tratando-se de notificação postal, no caso de não ser encontrado o destinatário ou na hipótese de recusa de recebimento, o Correio ficará obrigado, sob pena de responsabilidade do servidor, a devolvê-la, no prazo de 48 horas, ao Tribunal de origem.

Comentário:

Letra A: Errada.

CLT. Art. 770 - Os **atos processuais** serão **públicos salvo quando o contrário determinar o interesse social**, e realizar-se-ão nos dias **úteis** das **6 às 20 horas**.

Letra B: Errada.

CLT. Art. 770. Parágrafo único - A **penhora** poderá realizar-se **em domingo ou dia feriado**, mediante **autorização expressa** do juiz ou presidente.

Letra C: Errada.

CLT. Art. 775. Os prazos estabelecidos neste Título serão contados em **dias úteis**, com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.

Letra D: Errada.

CLT. Art. 775. Os prazos estabelecidos neste Título serão contados em **dias úteis**, com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.

Letra E: Correta.

CLT. Art. 774 - Parágrafo único - Tratando-se de notificação postal, no caso de **não ser encontrado** o destinatário ou no de **recusa de recebimento**, o Correio ficará **obrigado**, sob pena de responsabilidade do servidor, a **devolvê-la**, no prazo de **48 horas**, ao Tribunal de origem.

Gabarito: Letra E.

29) Nos termos da Lei nº 13.467/2017, a exceção de incompetência territorial a ser arguida pelo reclamado, deverá ser apresentada,

- A) no prazo de 5 dias a contar da data da notificação, como preliminar de defesa.
B) em audiência, em peça apartada à contestação.
C) no prazo de 10 dias a contar da data da notificação, em peça apartada.
D) no prazo de 5 dias a contar da data da notificação, em peça autônoma.

E) no prazo de 5 dias que antecede a audiência, em peça apartada à contestação.

Comentário:

CLT. Art. 800. Apresentada **exceção de incompetência territorial** no prazo de **cinco dias** a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção, seguir-se-á o procedimento estabelecido neste artigo.

Gabarito: Letra D.

30) O ônus da prova pode ser assim problematizado: quem deve provar? Em princípio, as partes tem o ônus de provar os fatos jurídicos narrados na petição inicial ou na peça de resistência, bem como os que se sucederem no envolver da relação processual. Quanto às provas no Processo do Trabalho, a Consolidação das Leis do Trabalho estabelece:

A) Qualquer que seja o procedimento, não é permitida a arguição dos peritos compromissados ou dos técnicos, uma vez que o laudo que apresentam já é suficiente como prova.

B) As testemunhas devem, necessariamente, ser previamente intimadas para depor.

C) Toda testemunha, antes de prestar o compromisso legal, será qualificada, indicando o nome, nacionalidade, profissão, idade, residência, e, quando empregada, o tempo de serviço prestado ao empregador, ficando sujeita, em caso de falsidade, às leis penais.

D) Cada uma das partes, no procedimento ordinário e também quando se tratar de inquérito para apuração de falta grave, não poderá indicar mais de 3 testemunhas.

E) A testemunha que for parente até o segundo grau civil, amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes, prestará compromisso, mas o seu depoimento valerá como simples informação.

Comentário:

Letra A: Errada.

CLT. Art. 827 - O juiz ou presidente **poderá arguir os peritos** compromissados ou **os técnicos**, e rubricará, para ser junto ao processo, o laudo que os primeiros tiverem apresentado.

Letra B: Errada.

CLT. Art. 825 - As testemunhas comparecerão a audiência **independentemente de notificação ou intimação**.

Letra C: Correta.

CLT. Art. 828 - **Toda testemunha**, antes de prestar o compromisso legal, **será qualificada**, indicando o nome, nacionalidade, profissão, idade, residência, e, quando empregada, o tempo de serviço prestado ao empregador, ficando sujeita, em caso de falsidade, às leis penais.

Letra D: Errada.

CLT. Art. 821 - Cada uma das partes **não poderá** indicar **mais de 3 testemunhas**, **salvo** quando se tratar de **inquérito**, caso em que esse número **poderá ser elevado a 6**.

Testemunhas - Provas	
Regra	Exceção
Até 3.	Rito Sumaríssimo: 2. No caso de inquérito: até 6.

Letra E: Errada.

CLT. Art. 829 - A testemunha que for parente **até o terceiro grau** civil, amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes, **não prestará compromisso**, e seu depoimento valerá como **simples informação**.

Gabarito: Letra C.

31) Julgue os seguintes itens, acerca da execução no processo do trabalho.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% OFF: [CLIQUE AQUI AGORA!](#)

I A execução de contribuição social devida em decorrência de decisão condenatória de tribunal do trabalho será iniciada de ofício.

II O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica será resolvido por decisão interlocutória passível de agravo de petição, independentemente de garantia do juízo.

III Da decisão sobre os embargos à execução caberá recurso ordinário no prazo de oito dias.

IV Na execução por carta precatória, os embargos de terceiro serão opostos no juízo deprecante caso a referida carta já tenha sido devolvida.

Estão certos apenas os itens

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e III.
- D) III e IV.
- E) I, II e IV.

Comentário:

Item I: Correto.

CLT. Art. 876 Parágrafo único. A Justiça do Trabalho **executará, de ofício, as contribuições sociais** previstas na alínea a do inciso I e no inciso II do caput do art. 195 da Constituição Federal, e seus acréscimos legais, relativas ao objeto da condenação constante das sentenças que proferir e dos acordos que homologar.

Item II: Correto.

CLT. Art. 855-A. Aplica-se ao processo do trabalho o **incidente de desconconsideração da personalidade jurídica** previsto nos arts. 133 a 137 da Lei no 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil.

§ 1º. Da **decisão interlocutória** que acolher ou rejeitar o incidente:

I - na fase de cognição, **não cabe recurso de imediato**, na forma do § 1o do art. 893 desta Consolidação;

II - **na fase de execução, cabe agravo de petição, independentemente de garantia do juízo;**

III - cabe agravo interno se **proferida pelo relator em incidente instaurado originariamente no tribunal.**

Recurso – Incidente de Desconconsideração da PJ	
Fase	Recurso
Cognição	Não cabe recurso de imediato;
Execução	Cabe agravo de petição, independentemente de garantia do juízo;
Incidente Originário no Tribunal	Cabe agravo interno.

Item III: Errado.

Art. 897 - Cabe **agravo**, no prazo de **8 dias**:

a) de **petição**, das decisões do Juiz ou Presidente, nas **execuções**;

b) de **instrumento**, dos despachos que **denegarem** a interposição de recursos.

Dica!	
Agravo de Petição	Agravo de Instrumento
Na execu ção .	Se negar seguimento (denegar interposição de recurso).

Item IV: Correto.

TST/Súmula 419

Na execução por carta precatória, os embargos de terceiro serão oferecidos no juízo deprecado, salvo se indicado pelo juízo deprecante o bem constricto ou se já devolvida a carta (art. 676, parágrafo único, do CPC de 2015).

Gabarito: Letra E.

32) Segundo a legislação processual trabalhista, a respeito dos Recursos na Justiça do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Os recursos são interpostos por simples petição.
- B) A interposição do Recurso permite a execução provisória até a penhora, salvo exceções legais.
- C) O depósito recursal poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial.
- D) Os beneficiários da justiça gratuita, as entidades filantrópicas e as empresas em recuperação judicial devem proceder o depósito recursal.
- E) Os recursos têm efeito meramente devolutivo, salvo exceções previstas em lei.

Comentário:

Letra A/B/E: Corretas.

CLT. Art. 899 - Os recursos serão interpostos por simples petição e terão **efeito meramente devolutivo, salvo as exceções** previstas neste Título, **permitida a execução provisória até a penhora.**

Letra C: Correta.

CLT. Art. 899. § 11. O depósito recursal **podará ser substituído** por fiança bancária ou seguro garantia judicial.

Letra D: Errada.

CLT. Art. 899. § 10. São **isentos do depósito recursal** os beneficiários da justiça gratuita, as entidades filantrópicas e as empresas em recuperação judicial.

Isentos do Depósito Recursal

- * Beneficiários da Justiça Gratuita;
- * Entidades Filantrópicas;
- * Empresas em recuperação judicial.
- * Massa Falida.

Gabarito: Letra D.

DIREITO CONSTITUCIONAL

33) A Constituição Federal brasileira prevê como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil e também como um dos princípios da ordem econômica:

- A) a redução das desigualdades sociais e regionais.
- B) a valorização do trabalho humano.
- C) a defesa do meio ambiente
- D) a erradicação da pobreza e da marginalização.
- E) a prevalência dos direitos humanos

Comentário:

CF/88. Art. 3º Constituem **objetivos fundamentais** da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e **reduzir as desigualdades sociais e regionais;**

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% OFF: [CLIQUE AQUI AGORA!](#)

CF/88. Art. 170 - A **ordem econômica**, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os **seguintes princípios**:

VII - **redução das desigualdades regionais e sociais**;

Gabarito: Letra A.

34) Segundo o que dispõe a Constituição Federal quanto aos direitos e deveres individuais e coletivos

A) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, desde que mediante prévia licença da autoridade competente.

B) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação policial.

C) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, independentemente de prévio aviso à autoridade competente.

D) a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas, dependem de autorização, sendo apenas permitida a interferência estatal em seu funcionamento nos casos em que se desviarem de seu estatuto social.

E) é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

Comentário:

Letra A: Errada.

CF/88. Art. 5. IX. É livre a expressão da atividade **intelectual, artística, científica** e de comunicação, **independentemente de censura ou licença**;

Letra B: Errada.

CF/88. Art. 5. XI. A casa é **asilo inviolável** do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar **sem** consentimento do morador, salvo em caso de **flagrante delito** ou **desastre**, ou para **prestar socorro**, ou, durante o **dia**, por **determinação judicial**;

Violação de Residência	
Determinação Judicial	Flagrante Delito, Desastre ou Prestar Socorro
Durante o Dia	Qualquer horário

Letra C: Errada.

CF/88. Art. 5. XVI. Todos podem reunir-se **pacificamente, sem armas**, em **locais abertos** ao público, **independentemente de autorização**, desde que **não frustrem** outra **reunião** anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido **prévio aviso** à autoridade competente;

Letra D: Errada.

CF/88. Art. 5. XVIII. A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas **independem de autorização**, sendo **vedada a interferência estatal** em seu funcionamento;

Letra E: Correta.

CF/88. Art. 5. XV. É **livre** a locomoção no **território nacional em tempo de paz**, podendo **qualquer pessoa**, nos termos da lei, nele **entrar, permanecer** ou dele **sair** com seus bens;

Gabarito: Letra E.

35) No tocante ao artigo 7, da Constituição da República Federativa do Brasil, são considerados direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

A) a irredutibilidade do salário garantida ao trabalhador rural e urbano, mesmo se houver disposição contrária em convenção ou em acordo coletivo.

B) o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço deverá ser de no máximo 30 dias.

C) a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, terá duração de cento e oitenta dias.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% OFF: [CLIQUE AQUI AGORA!](#)

D) a relação de emprego não será protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar.

E) o décimo terceiro salário tem como base a remuneração integral ou no valor da aposentadoria.

Comentário:

Letra A: Errada.

CF/88. Art. 7º São direitos dos **trabalhadores urbanos e rurais**, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

VI - **irredutibilidade do salário**, salvo o disposto em **convenção ou acordo coletivo**;

Letra B: Errada.

CF/88. Art. 7º São direitos dos **trabalhadores urbanos e rurais**, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXI - **aviso prévio proporcional ao tempo de serviço**, sendo no **mínimo de trinta dias**, nos termos da lei;

Letra C: Errada.

CF/88. Art. 7º São direitos dos **trabalhadores urbanos e rurais**, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XVIII - **licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário**, com a duração de **cento e vinte dias**;

Letra D: Errada.

CF/88. Art. 7º São direitos dos **trabalhadores urbanos e rurais**, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I - relação de **emprego protegida contra despedida arbitrária** ou , nos termos de **lei complementar**, que preverá **indenização compensatória**, dentre outros **direitos**;

Letra E: Correta.

CF/88. Art. 7º São direitos dos **trabalhadores urbanos e rurais**, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

VIII - **décimo terceiro** salário com base na **remuneração integral** ou no **valor da aposentadoria**;

Gabarito: Letra E.

36) Acerca dos direitos políticos e suas disposições constitucionais, assinale a alternativa correta.

A) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de 65 anos.

B) Podem alistar-se como eleitores os estrangeiros.

C) São elegíveis os inalistáveis.

D) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

E) A ação de impugnação de mandato tramitará sob a tutela do princípio da publicidade, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

Comentário:

Letra A: Errada.

CF/88. Art. 14. § 1º O **alistamento eleitoral** e o **voto** são:

I - **obrigatórios** para os **maiores de dezoito anos**;

II - **facultativos** para:

- a) os **analfabetos**;
- b) os **maiores de setenta anos**;
- c) os **maiores de dezesseis e menores de dezoito anos**.

Letra B: Errada.

CF/88. Art. 14. § 2º **Não** podem alistar-se como eleitores os **estrangeiros** e, **durante o período do serviço militar obrigatório**, os **conscritos**.

Letra C: Errada.

CF/88. Art. 14, § 4º São **inelegíveis** os **inalistáveis** e os **analfabetos**.

Letra D: Correta.

CF/88. Art. 14. § 10. O **mandato eletivo** poderá ser **impugnado** ante a **Justiça Eleitoral** no prazo de **quinze dias** contados da **diplomação**, instruída a ação com provas de **abuso do poder econômico, corrupção ou fraude**.

Letra E: Errada.

CF/88. Art. 14. § 11. A **ação de impugnação de mandato** tramitará em **segredo de justiça**, respondendo o **autor**, na forma da lei, **se temerária** ou **de manifesta má-fé**.

Gabarito: Letra D.

37) O Presidente da República será julgado

- A) nas infrações penais comuns, pelo Superior Tribunal de Justiça.
- B) nas infrações penais comuns, pelo Supremo Tribunal Federal.
- C) nas infrações penais comuns, pelo Tribunal Superior Eleitoral.
- D) nos crimes de responsabilidade, pelo Supremo Tribunal Federal.
- E) nos crimes de responsabilidade, pela Câmara dos Deputados.

Comentário:

CF/88. Art. 86. **Admitida** a **acusação** contra o **Presidente da República**, por **dois terços** da **Câmara dos Deputados** (Juízo de Admissibilidade), será ele submetido a julgamento perante o **Supremo Tribunal Federal**, nas **infrações penais comuns**, ou perante o **Senado Federal**, nos **crimes de responsabilidade** (Infrações Político-Administrativas).

Quem se submete ao Juízo de Admissibilidade?
- P.R, Vice-P.R.;
- Ministro de Estado nos Crimes Conexos com o do P.R.;

§ 1º O Presidente ficará **suspenso** de suas funções:

I - nas **infrações penais comuns**, se recebida a **denúncia ou queixa-crime** pelo Supremo Tribunal Federal;

Atenção!
O STF só poderá analisar alguma questão jurídica após o Juízo de Admissibilidade da C.D.
O STF pode (ato discricionário) decidir por rejeitar a denúncia , após o juízo de admissibilidade , e não instaurar o processo .

II - nos **crimes de responsabilidade**, **após a instauração do processo** pelo Senado Federal.

Atenção!
O processo no S.F é presidido pelo Presidente do STF .
O direito à ampla defesa e ao contraditório é possível na fase de Juízo de admissibilidade .
O Senado Federal não está vinculado ao juízo de admissibilidade da C.D, tendo discricionariedade de instaurar ou não o processo.

Gabarito: Letra B.

38) Assinale a alternativa INCORRETA:

- A) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
B) O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, que deverá ser aprovada por decreto do governador do Estado.
C) Se a proposta orçamentária for encaminhada em desacordo com os limites estipulados na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.
D) Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.
E) Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.

Comentário:

Letra A: Correta.

CF/88. Art.127. § 1º São **princípios institucionais** do Ministério Público a **unidade, a indivisibilidade e a independência funcional**.

Princípios Institucionais	
Unidade	O MP é uno , sendo comandado por apenas um chefe , tendo uma divisão meramente funcional . Tal princípio se aplica no âmbito de cada MP, não existindo princípio da unidade entre MPU e MPes .
Indivisibilidade	Os membros do MP podem ser substituídos uns pelos outros , desde que sejam da mesma carreira . O MP é uma instituição una , podendo seus membros , que não se vinculam aos processos nos quais atuam, ser substituídos uns pelos outros de acordo com as normas legais. Corolário do princípio da Unidade.
Independência Funcional	Cada um dos membros do MP vincula-se somente à sua convicção jurídica , quando se trata de assunto relacionado com sua atividade funcional , não podendo existir interferência de outros órgãos. Os membros do MP podem agir no processo de acordo com as suas convicções , desde que respeitados os limites legais .
Os princípios institucionais se aplicam à Defensoria Pública e ao Ministério Público , não englobando a Advocacia Pública .	

Princípios do Promotor Natural	
Tem por finalidade designar membros do MP para atuar nos processos, obedecendo a regras objetivas a partir de critérios preestabelecidos . Esse princípio tem como base o princípio da Independência Funcional e da inamovibilidade dos membros.	
Princípio da independência funcional e, a fortiori, o princípio do promotor natural protegem o membro do Ministério Público (MP) contra ato de superior que pretenda subtrair-lhe competência fixada por critérios predeterminados abstratamente.	

Letra B: Errada.

CF/88. Art. 127. § 3º O **Ministério Público** elaborará sua proposta orçamentária **dentro dos limites** estabelecidos na **lei de diretrizes orçamentárias**.

Letra C: Correta.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% OFF: [CLIQUE AQUI AGORA!](#)

CF/88. Art. 127. § 5º Se a proposta orçamentária de que trata este artigo for encaminhada em **desacordo com os limites** estipulados na forma do § 3º, o **Poder Executivo** procederá aos **ajustes necessários** para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.

CF/88. Art. 127. § 4º Se o Ministério Público **não encaminhar** a respectiva **proposta orçamentária** dentro do prazo estabelecido na **lei de diretrizes orçamentárias**, o **Poder Executivo** considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os **valores aprovados na lei orçamentária vigente**, ajustados de acordo com os limites estipulados na forma do § 3º.

Letra D: Correta.

CF/88. Art. 127. § 6º Durante a **execução orçamentária do exercício**, **não** poderá haver a **realização de despesas ou a assunção de obrigações** que **extrapolem** os **limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias**, **exceto** se **previamente autorizadas**, mediante a abertura de créditos **suplementares ou especiais**.

Letra E: Correta.

CF/88. Art. 127. § 2º Ao **Ministério Público** é assegurada **autonomia funcional e administrativa**, podendo, observado o disposto no art. 169, **propor** ao Poder **Legislativo** a **criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares**, provendo-os por **concurso público de provas ou de provas e títulos**, a política remuneratória e os planos de carreira; a **lei** disporá sobre sua organização e funcionamento.

Gabarito: Letra B.

DIREITO ADMINISTRATIVO

39) Em sua formação, o Direito Administrativo brasileiro recebeu a influência da experiência doutrinária, legislativa e jurisprudencial de vários países, destacando-se especialmente a França, considerada como berço da disciplina. No rol de contribuições do Direito Administrativo francês à prática atual do Direito Administrativo no Brasil, NÃO é correto incluir

- A) a adoção de teorias publicísticas em matéria de responsabilidade extracontratual das entidades estatais.
- B) a adoção do interesse público como eixo da atividade administrativa.
- C) a ideia de exorbitância em relação ao direito comum, aplicável aos particulares.
- D) a teoria do desvio de poder.
- E) o sistema de contencioso administrativo.

Comentário:

Sistemas Administrativos
- Sistema administrativo é o regime adotado pelo Estado para correção dos atos administrativos ilegais ou ilegítimos praticados pelo Poder Público.
- É dividido em dois sistemas :
* Sistema Francês ou Contencioso Administrativo ;
* Sistema Inglês ou Judiciário ou de Jurisdição Única ;
Sistema Francês ou Contencioso Administrativo
- O BR NÃO ADOTA ;
- Nesse sistema o poder judiciário não pode intervir nas funções administrativas do estado , estando essas funções apenas à jurisdição administrativa do Estado .
- Os atos da Administração são anulados ou julgados dentro da própria, sem ser possível o Poder Judiciário julgar .
- Com isso, é chamado também de Dualidade de Jurisdição em que existe a Jurisdição Administrativa , que julga apenas matérias administrativas , e Jurisdição Comum , que abrange o Poder Judiciário para julgar as demais matérias .
Sistema Inglês ou Judiciário ou de Jurisdição Una
- BR ADOTA ;
- Nesse sistema, o Poder Judiciário tem a competência de apreciar e decidir, em julgamento , quanto a legalidade, todas as matérias do direito , sendo o único a fazer realmente a matéria transitar em julgado. Com isso, apesar de transitar em julgado, no âmbito administrativo , acionando o judiciário , é possível que este aprecie e julgue novamente a matéria .
- É expressamente previsto na CF/88 .

- CF/88, Art. 5º. XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a dire-to; (Princípio da Inafastabilidade de Jurisdição)
- Apesar de não existir decisão definitiva dos órgãos da Administração Pública, existem alguns casos em que será preciso utilizar primeiramente a via administrativa para depois acionar o Poder Judiciário , como no caso: * Da Justiça Desportiva; * De ato administrativo ou omissão da Administração Pública que contrarie Súmula Vinculante; * De Habeas Data;
- Os atos políticos , em regra, não estão sujeitos ao controle do Judiciário , pois é preciso respeitar o princípio da separação dos poderes , porém quando se tratar de ofensa a direitos individuais e coletivos; e de atos políticos com vícios de constitucionalidade e legalidade é possível o controle do Judiciário;
- O Judiciário não possui o controle do mérito administrativo da Administração Pública , ou seja, o Poder Judiciário pode dar a decisão final, mas não pode interferir na Administração Pública e fazer o que ela deveria fazer.

Gabarito: Letra E.

40) Quando o Executivo desempenha suas funções por meio do exercício do poder regulamentar,

- A) edita atos de caráter concreto e específico, passíveis de serem impugnados individualmente.
B) pode inovar o ordenamento jurídico, desde que se esteja diante de lacunas legais em matéria de interesse público.
C) deve observar os limites postos pela lei para explicitar os dispositivos desta, detalhando, por exemplo, o procedimento de aplicação da norma regulamentada.
D) avoca competências típicas de poder de polícia, podendo instituir limitações aos direitos dos particulares, em caráter isonômico.
E) edita atos administrativos de natureza vinculada, porque estes não podem desbordar da lei à qual estão submetidos.

Comentário:

Letra A: Errada.

Em regra, o **Poder Regulamentar** edita atos de **caráter geral e abstrato**, em **casos excepcionais** é possível editar **atos de caráter concreto e específico** como no caso de **decretos de desapropriação**.

Letra B: Errada.

Não podem criar novos direitos e obrigações, ou seja, **não pode inovar** o direito se **limitando a lei;**

Letra C: Correta.

Estabelecem os procedimentos para a **fiel execução das leis**, ou seja, **explicitam** os dispositivos legais;

Letra D: Errada.

O Poder Regulamentar não tem a competência de avocar o poder de polícia, muito menos de instituir limitações aos direitos dos particulares, pois **não podem criar novos direitos e obrigações**, ou seja, **não pode inovar** o direito se **limitando a lei;**

Letra E: Errada.

O Poder Regulamentar pode editar atos de **natureza discricionária**, atuando dentro dos limites legais.

Poder Regulamentar
- É a capacidade em que os chefes do Poder Executivo possuem para fazer edição de atos normativos;
- É a prerrogativa de direito público de editar atos gerais e abstratos para complementar a lei e permitir a sua efetiva execução.
- Conforme a doutrina , o poder regulamentar é de competência privativa dos chefes do Poder Executivo.
- Aos demais órgãos e entidades da administração que podem editar atos normativos a doutrina estabelece que estes estejam utilizando o Poder Normativo , sendo um poder mais amplo em que o Poder Regulamentar seria uma espécie daquele.
- Os atos do poder normativo ocorrem através de:

<p>* Decretos e Regulamentos; * Decretos Autônomos; * Decreto ou Regulamento Autorizado/Delegado.</p>
Decretos e Regulamentos
- Estabelecem os procedimentos para a fiel execução das leis , ou seja, explicam os dispositivos legais;
- Não podem criar novos direitos e obrigações , ou seja, não pode inovar o direito se limitando a lei ;
- Tal competência que é dos Chefes do Poder Executivo não pode ser delegada ;
- São considerados atos normativos secundários , sendo a lei ato normativo primário ;
- É possível mediante decreto ou regulamento fixar obrigações derivadas diversas das obrigações primárias, desde que estejam em consonância com o que a Lei impõe;
- São atos de caráter geral e abstrato , possuindo destinatários indeterminados ;
- De acordo com a Doutrina , a regulamentação só pode ocorrer em leis que a administração atue , ou seja, leis administrativas , não podendo regulamentar leis penais ou processuais ;
- A autorização para editar decretos não precisa estar diretamente firmada na Lei , pois tal ato de editar vem direto da CF/88 ;
- CF/88, Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República : IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis , bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução ;
- Nos casos em que a lei depender de decreto , aquela só produzirá seus efeitos após a edição deste.
Decretos Autônomos
- Editados privativamente pelo chefe do Executivo , não necessitando de participação do poder legislativo ;
- São considerados atos primários , ou seja, não precisam da criação de uma lei para existir;
- Decorre direto da CF/88 , tendo a finalidade de criar normas ;
- Edição de decretos autônomos pode ser delegada aos Ministros de Estado, PGR E AGU ;
- CF/88, Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República : VI – dispor, mediante decreto , sobre: a) organização e funcionamento da administração federal , quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos ;
Parágrafo único. O Presidente da República poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI (Decreto Autônomo), XII (Conceder Indulto e Comutar Pena) e XXV (Prover e Desprover cargo) , primeira parte, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União , que observarão os limites traçados nas respectivas delegações .
Deslegalização
Fenômeno que ocorre quando o Legislador rebaixa hierarquicamente determinada matéria infraconstitucional (legal), passando a ser tratada de modo infralegal (Regulamento) pelo Poder Executivo devido a sua alta complexidade técnica , tendo inclusive caráter inovador .
Regulamento Autorizado ou Delegado
- O regulamento autorizado ou delegado consiste em ato administrativo secundário (infralegal) derivado da lei , que tem a finalidade de complementar esta por meio do poder executivo .
- Não têm previsão expressa na CF/88 ;
- É considerado um poder normativo , e não regulamentar, sendo editado por órgãos e entidades de perfil técnico , ou seja, não é atribuição exclusiva do Chefe do Poder Executivo.
- Regulamenta matérias de natureza técnica que não constam na lei , porém seguindo as diretrizes desta ;
- Inova no ordenamento jurídico das matérias de natureza técnica em que o legislativo lhe confere essa atribuição.
- Está relacionado ao fenômeno da deslegalização ;

Gabarito: Letra C.

41) Determinado município implementou reforma administrativa quando da assunção de uma nova gestão. Entre as medidas tomadas estava a criação de empresa estatal cujo escopo seria prestar garantias aos projetos de infraestrutura que o Município viesse a contratar. Além disso, foram unificadas as competências de algumas secretarias, reduzindo o número dessas estruturas na Administração. Por fim, foram extintos cargos e órgãos. A descrição da reforma implementada demonstra que

A) foi precedida da edição de lei autorizativa necessária para todas as mudanças implementadas, porque sujeitas à reserva de lei formal.

B) a criação de empresas estatais se deu por meio de lei, em cujo texto constavam as competências e atribuições que foram delegadas aos novos entes.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% OFF: [CLIQUE AQUI AGORA!](#)

C) o Município editou ato normativo para todas as medidas de reorganização administrativa, considerando que essa matéria pode ser objeto de decreto autônomo.

D) foi necessária lei autorizativa para instituição da empresa estatal, sem prejuízo de outras medidas, como a extinção de cargos vagos, poder ser implementada por decreto.

E) a reorganização dos órgãos administrativos, envolvendo criação e extinção, dependeram da edição de lei complementar, pois implicam necessariamente a implementação de novas unidades de despesa.

Comentário:

Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista
Semelhanças
Entidades administrativas integrantes da Administração Indireta ;
Pessoas Jurídicas de Direito Privado ;
Podem atuar na área de exploração de atividades econômicas , quando necessária aos imperativos de segurança nacional ou a relevante interesse coletivo (regra) ; ou na área de serviços públicos .
Lei específica autoriza a criação e extinção;
Após a autorização por lei para a criação, a empresa pública ou sociedade de economia mista nascem definitivamente quando registrado , em órgão competente, o seu ato constitutivo .
Possuem vinculação com o ente que as criaram (Controle de Tutela);

CF/88. Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

VI - dispor, mediante **decreto**, sobre:

a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;

b) **extinção** de funções ou **cargos públicos**, **quando vagos**;

Gabarito: Letra D.

42) O objeto da revogação deve ser

A) um ato administrativo inválido.

B) um ato administrativo vinculado.

C) uma decisão administrativa viciada.

D) um ato administrativo imperfeito.

E) um ato administrativo eficaz.

Comentário:

Extinção dos atos administrativos
Revogação
A administração pública pode revogar ato próprio discricionário , ainda que perfeitamente legal , simplesmente pelo fato de não mais o considerar conveniente ou oportuno .
A revogação de um ato administrativo normativo, quando parcial , denomina-se derrogação . Quando a revogação for total podemos chamar de Ab-rogação (Revogação Absoluta).
Os atos administrativos sujeitam-se ao exame do Poder Judiciário no que diz respeito aos aspectos de legalidade , mas não nos critérios de conveniência e oportunidade .
Não podem ser revogados (Ex Nunc) os atos administrativos: * Que já exauriram seus efeitos . * Enunciativos , também denominados " meros atos administrativos ", como certidões e atestados . * Vinculados ; * Que geram direitos adquiridos ; * Editados em desconformidade com a lei ; * Integrantes de um procedimento administrativo ; * Que se exauriram as competências relativamente ao objeto do ato; * Complexos ;
A revogação é um ato discricionário que incide apenas sobre atos discricionários .
Fonte de Estudo: MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. Saraiva. Ed. 9º. p. 341-342.

Gabarito: Letra E.

43) Macário, Servidor Público da Prefeitura de Mucarambeque, trabalha como Coordenador de Projetos na Secretaria de Obras e Serviços Públicos. Por está reformando sua casa, Macário utiliza um dos caminhões da Prefeitura para levar 1 tonelada de areia para a reforma de sua casa, fora isso, em horário de serviço, Macário chamou três servidores da sua secretaria para ajudá-lo. Conforme a Lei de Improbidade Administrativa Macário responderá por ato de improbidade administrativa:

- A) que atenta contra os princípios da administração pública;
- B) que importa enriquecimento ilícito;
- C) que cause prejuízo ao erário;
- D) devido à aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário.

Comentário:

LIA. Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando em **enriquecimento ilícito** auferir, mediante a prática de ato **doloso**, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: **(Lei 14.230/21)**

IV - utilizar, em obra ou serviço particular, **qualquer bem móvel**, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades referidas no art. 1º desta Lei, bem como o trabalho de servidores, de empregados ou de terceiros contratados por essas entidades; **(Lei 14.230/21)**

Alterações	
Antes da Lei 14.230/21	Após a Lei 14.230/21
Art. 9º IV - utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades;	Art. 9º IV - utilizar, em obra ou serviço particular, qualquer bem móvel , de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades referidas no art. 1º desta Lei, bem como o trabalho de <u>servidores, de empregados ou de terceiros</u> contratados por essas entidades; (Lei 14.230/21)

Gabarito: Letra B.

44) Configura crime de abuso de autoridade o agente que deixar injustificadamente de comunicar prisão em flagrante à autoridade judiciária no prazo legal. A penalidade é de detenção, de seis meses a dois anos. Também incorrerá na mesma pena o agente que:

- A) Comunicar, após as 48 horas, a execução de prisão temporária ou preventiva à autoridade judiciária que a decretou;
- B) deixa de comunicar, em até 24 horas, a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontra à sua família ou à pessoa por ela indicada;
- C) deixa de entregar ao preso, imediatamente, a nota de culpa, assinada pela autoridade, com o motivo da prisão e os nomes do condutor e das testemunhas;
- D) prolonga a execução de pena privativa de liberdade por motivo justo.

Comentário:

LAA/19. Art. 12. Deixar **injustificadamente de comunicar prisão em flagrante** à autoridade judiciária no prazo legal:

Pena - **detenção**, de **6 (seis) meses a 2 (dois) anos**, e multa.

Letra A: Correta.

Configurará crime de abuso de autoridade, pois o agente **deixou de comunicar imediatamente** e só comunicou após 48 horas.

LAA/19. Art. 12. Parágrafo único. Incorre na **mesma pena** quem:

I - **deixa de comunicar, imediatamente**, a execução de prisão temporária ou preventiva à autoridade judiciária que a decretou;

Letra B: Errada.

LAA/19. Art. 12. Parágrafo único. Incorre na **mesma pena** quem:

II - **deixa de comunicar, imediatamente**, a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontra à sua família ou à pessoa por ela indicada;

Letra C: Errada.

LAA/19. Art. 12. Parágrafo único. Incorre na **mesma pena** quem:

III - **deixa de entregar ao preso, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas**, a **nota de culpa**, assinada pela autoridade, com o **motivo da prisão** e os **nomes do condutor** e das **testemunhas**;

Letra D: Errada.

LAA/19. Art. 12. Parágrafo único. Incorre na **mesma pena** quem:

IV - **prolonga a execução** de pena privativa de liberdade, de prisão temporária, de prisão preventiva, de medida de segurança ou de internação, deixando, **sem motivo justo e excepcionalíssimo**, de executar o alvará de soltura **imediatamente após recebido** ou de promover a soltura do preso **quando esgotado o prazo judicial ou legal**.

Gabarito: Letra A.

ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

45) A gestão do conhecimento é

- A) a observação e a coleta dos insights obtidos no cotidiano da empresa visando propagá-los como boas práticas.
- B) a valoração do conhecimento especializado dos processos e das rotinas organizacionais, propagando as práticas de trabalho.
- C) a substituição da força física pela força mental para gerar valor para a organização por meio do intelecto.
- D) aplicar ferramentas que processem informações sobre o mercado e possibilitem troca com espaços externos à empresa.
- E) o processo sistemático de identificação, criação, renovação e aplicação dos conhecimentos estratégicos na vida de uma organização.

Comentário:

A alternativa que melhor define a gestão do conhecimento é:

E) o processo sistemático de identificação, criação, renovação e aplicação dos conhecimentos estratégicos na vida de uma organização.

A gestão do conhecimento envolve a identificação, captura, avaliação, retenção e compartilhamento do conhecimento organizacional, visando melhorar a eficiência, a produtividade e a competitividade da organização. Ela se preocupa em garantir que o conhecimento certo esteja disponível no lugar certo e no momento certo para as pessoas certas.

Gabarito: Letra E.

46) De acordo com o Método OKR (Objectives and Key Results), consistente em uma das ferramentas contemporâneas de planejamento no âmbito das organizações, os denominados Resultados-Chave (KR)

- A) são caracterizados como guias operacionais a serem seguidas pela organização para atingimento das metas qualitativas e quantitativas, estas que são desdobramentos dos objetivos propriamente ditos.
- B) correspondem a metas (quantitativas) com impacto direto no atingimento do objetivo estabelecido, este último de natureza qualitativa e que traduz o que a organização pretende atingir.
- C) ostentam caráter qualitativo, indicando a direção a ser perseguida pela organização e os ajustes de rota que precisam ser promovidos para o atingimento do objetivo, este sempre representado por alguma métrica de incremento.
- D) consistem nas principais habilidades que devem ser desenvolvidas pelos integrantes da organização (soft skills), diversamente dos denominados Key Performance Indicator (KPI) que medem aspectos técnicos (hard skills).
- E) representam a dimensão tática do planejamento estratégico, consistentes em um conjunto de ações a serem implementadas para atingimento dos objetivos estratégicos estabelecidos.

Comentário:

Método OKR (Objectives and Key Results)	
No método OKR (Objectives and Key Results), a sigla "OKR" é composta por duas partes: "O" que significa " Objectives " (Objetivos) e "KR" que significa " Key Results " (Resultados-Chave).	
Objectives (Objetivos)	<ul style="list-style-type: none"> Os objetivos representam resultados que uma organização, equipe ou indivíduo busca alcançar. Eles devem ser desafiadores, motivadores e alinhados com a visão e a estratégia geral. Os objetivos são qualitativos e expressos de forma clara e concisa, sendo a base para a definição das metas.
Key Results (Resultados-Chave)	<ul style="list-style-type: none"> Os resultados-chave são os indicadores mensuráveis e quantificáveis que ajudam a acompanhar o progresso e avaliar se os objetivos estão sendo alcançados. São marcos e metas específicas que indicam se o objetivo está sendo atingido. Os resultados-chave devem ser definidos de forma realista e específica, e seu progresso deve ser monitorado regularmente.

Gabarito: Letra B.

47) A situação hipotética a seguir ilustra um tipo de simplificação no julgamento das outras pessoas.

O diretor financeiro da Cia. distribuidora de Gás DIZZ foi demitido e processado pelos acionistas da empresa em função do prejuízo gerado com operações no mercado de derivativos. Entretanto, sob a perspectiva do ex-diretor financeiro, essas mesmas operações teriam sido responsáveis por grandes frações do lucro da empresa no ano anterior, sendo o motivo pelo qual ele fora promovido ao cargo e tratado como futuro CEO.

Essa situação demonstra que enquanto a estratégia do executivo financeiro produzia bons resultados, o gestor era elogiado e fora promovido; na medida em que a estratégia começou a dar errado, ele se tornou o único culpado. Esse tipo de simplificação no julgamento das outras pessoas é conhecido como

- A) efeito halo.
 B) estereotipagem.
 C) percepção seletiva.
 D) efeito de contraste.
 E) efeito de autoconveniência.

Comentário:

A situação descrita ilustra o efeito halo.

Efeito Halo: É um viés cognitivo em que a percepção de um traço positivo ou negativo em uma pessoa influencia a percepção de outros traços dessa mesma pessoa, independentemente de qualquer relação real entre os traços. No exemplo dado, o bom desempenho anterior do diretor financeiro (um traço positivo) levou a uma percepção geral positiva sobre ele, resultando em sua promoção. No entanto, quando as coisas deram errado, essa percepção mudou drasticamente, e ele foi visto de forma negativa, mesmo que as decisões tomadas fossem consistentes com sua abordagem anterior.

Portanto, a resposta correta é: A) efeito halo.

Gabarito: Letra A.

48) O denominado Ciclo PDCA, também conhecido como Ciclo de Deming, traduz-se em ferramenta bastante difundida e aplicada em

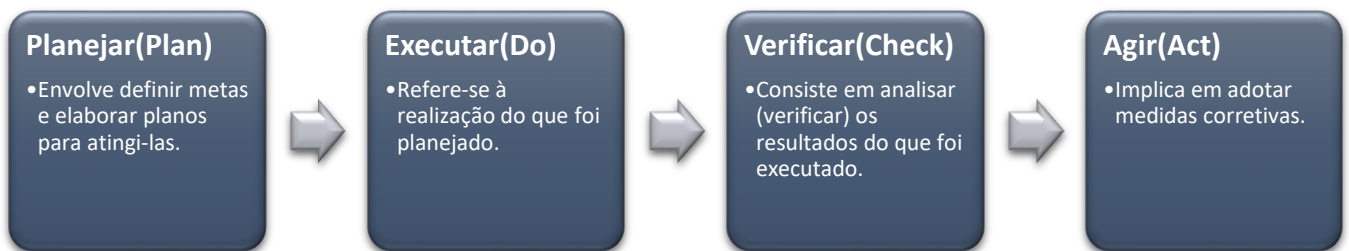
- A) controle de qualidade, com a identificação das causas de falhas recorrentes, partindo do conceito de que 80% delas são geradas por 20% de causas.
 B) gerenciamento de projetos, com a classificação de acordo com o grau de prioridade no âmbito do planejamento estratégico.

- C) gestão de riscos, classificando os riscos em potenciais, desconhecidos, críticos e aleatórios, estes últimos não gerenciáveis.
- D) gestão de processos, com vistas a maximizar a eficiência, envolvendo ações de planejamento, execução, controle e correção.
- E) gestão de contratos, decompondo o objeto (pretendido, desejável, compatível e adequado) para melhor elaboração do termo de referência e acompanhamento.

Comentário:

Ciclo PDCA

O Ciclo PDCA é um instrumento amplamente empregado na administração de processos. O objetivo dessa ferramenta é promover o aprimoramento constante dos processos. As fases devem ser executadas de maneira contínua e cíclica.



Gabarito: Letra D.

49) O uso da análise SWOT permite ao gestor realizar um diagnóstico da situação organizacional, o que permite que ele identifique elementos ou condições que servirão de base para o desenvolvimento da estratégia de sua organização.

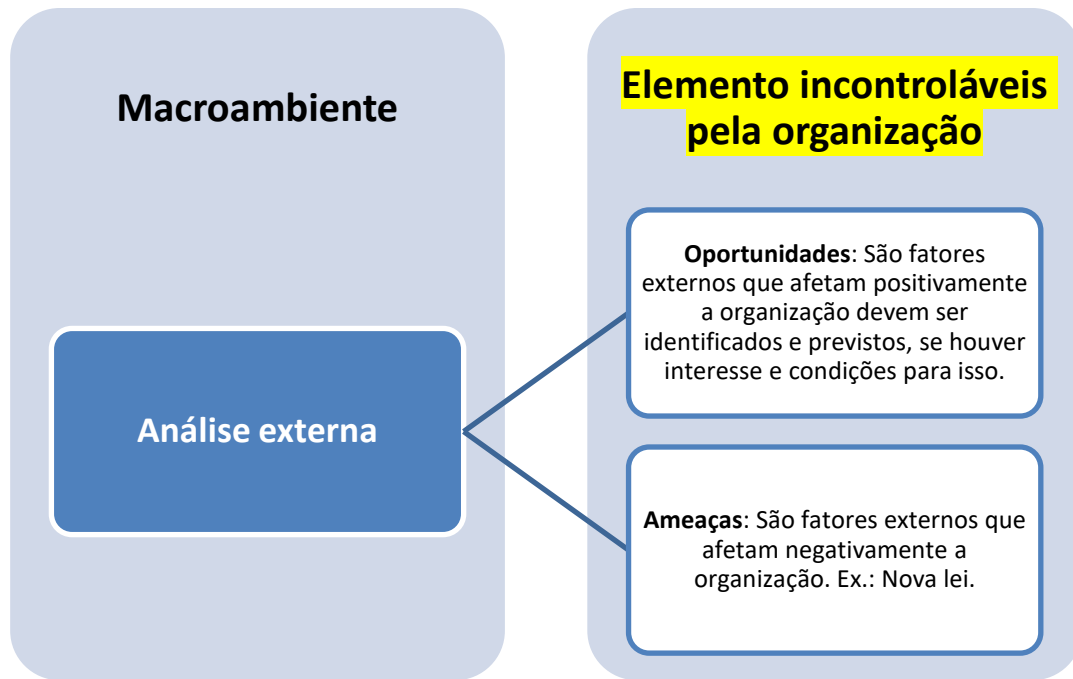
No entanto, independentemente da qualidade da análise realizada, alguns aspectos não poderão ser controlados pelo gestor, como, por exemplo,

- A) as forças e as oportunidades.
- B) as forças e as ameaças.
- C) as oportunidades e as ameaças.
- D) as oportunidades e as fraquezas.
- E) as ameaças e as fraquezas.

Comentário:

Análise SWOT

- É uma ferramenta utilizada na parte do **diagnóstico** organizacional procurando compreender a posição atual da organização no seu ambiente interno (**forças e fraquezas**) e **ambiente externo (ameaças e oportunidades)**.



Gabarito: Letra C.

DIREITO CIVIL

50) A vigência e os conflitos entre as leis, no tempo, são disciplinados pela chamada Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942). De acordo com esse diploma, a lei nova que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes

- A) não modifica nem revoga a lei anterior.
- B) revoga e modifica a lei anterior.
- C) revoga, mas não modifica a lei anterior.
- D) não revoga, mas modifica a lei anterior.
- E) revoga ou, alternativamente, apenas modifica a lei anterior.

Comentário:

LINDB. Art. 2º. § 2º. A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, **não revoga nem modifica a lei anterior.**

Gabarito: Letra A.

51) Acerca dos direitos da personalidade, segundo o Código Civil, considere as seguintes proposições.

I. Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.

II. É defeso, mesmo que por exigência médica, o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.

III. O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.

IV. Os direitos da personalidade são, sem exceção, intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

V. É inválida a disposição gratuita do próprio corpo, para depois da morte, ainda que com objetivo científico. Está correto o que se afirma APENAS em

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) III e V.

E) IV e V.

Comentário:

Item I: Correto.

CC/02. Art. 15. **Ninguém** pode ser constrangido a submeter-se, com **risco de vida**, a **tratamento médico** ou a **intervenção cirúrgica**.

Item II: Errado.

CC/02. Art. 13. **Salvo por exigência médica, é defeso (vedado)** o ato de disposição do próprio corpo, quando importar **diminuição permanente da integridade física**, ou **contrariar os bons costumes**.

Item III: Correto.

CC/02. Art. 19. O pseudônimo (nome fictício) adotado para atividades lícitas **goza da proteção que se dá ao nome**.

Item IV: Errado.

CC/02. Art. 11. Com **exceção dos casos previstos em lei**, os direitos da personalidade são **intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo** o seu exercício **sofrer limitação voluntária**.

Item V: Errado.

CC/02. Art. 14. É **válida**, com objetivo científico, ou altruístico, a **disposição gratuita** do próprio corpo, no **todo ou em parte**, para **depois da morte**.

Gabarito: Letra B.

52) São pessoas jurídicas de direito privado

- A) o condomínio edilício e as fundações.
- B) o empresário individual e as sociedades.
- C) os partidos políticos e as associações.
- D) as organizações religiosas e a massa falida.
- E) os partidos políticos e os espólios.

Comentário:

CC/02. Art. 44. São pessoas jurídicas de **direito privado**:

I - as **associações**;

II - as sociedades;

III - as fundações.

IV - as organizações religiosas;

V - os **partidos políticos**.

Gabarito: Letra C.

53) De acordo com o Código Civil, sobre o negócio jurídico, é correto afirmar:

- A) a incapacidade relativa de uma das partes pode ser invocada pela outra em benefício próprio.
- B) a impossibilidade relativa inicial do objeto o invalida.
- C) a validade da declaração de vontade depende de forma especial, mesmo na ausência de previsão legal.
- D) nas declarações de vontade se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que à intenção nelas consubstanciada.
- E) os benéficos e a renúncia serão interpretados estritamente.

Comentário:

Letra A: Errada.

CC. Art. 105. A **incapacidade relativa** de uma das partes **não pode** ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos cointeressados capazes, **salvo se**, neste caso, for **indivisível** o objeto do direito ou da obrigação comum.

Letra B: Errada.

CC. Art. 106. A impossibilidade inicial do objeto **não invalida** o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.

Letra C: Errada.

CC. Art. 107. A validade da declaração de vontade **não dependerá de forma especial**, senão quando a lei expressamente a exigir.

Letra D: Errada.

CC. Art. 112. Nas declarações de vontade **se atenderá mais à intenção** nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.

Letra E: Correta.

CC. Art. 114. Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se **estritamente**.

Gabarito: Letra E.

54) De acordo com o Código Civil, o negócio jurídico será considerado nulo caso

A) deixe de ser revestido pela forma prescrita em lei.

B) seja praticado por um devedor já insolvente.

C) seja realizado por uma pessoa que, premida da necessidade de se salvar, assuma obrigação excessivamente onerosa.

D) decorra de dolo de terceiro, desde que a parte que se beneficie dele tenha conhecimento do vício do ato.

E) a declaração de vontade de alguma das partes emane de erro substancial.

Comentário:

Letra A: Correta.

CC. Art. 166. É **nulo** o negócio jurídico quando:

IV - não revestir a forma prescrita em lei;

Letra B: Errada.

CC. Art. 158. Os negócios de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida, se os praticar o devedor já insolvente, ou por eles reduzido à insolvência, **ainda quando o ignore**, poderão ser **anulados** pelos credores quirografários, como lesivos dos seus direitos.

Letra C: Errada.

CC. Art. 157. Ocorre a **lesão** quando uma pessoa, sob **premente necessidade, ou por inexperiência**, se obriga a prestação manifestamente **desproporcional** ao valor da prestação oposta.

Letra D: Errada.

CC. Art. 148. Pode também ser **anulado** o negócio jurídico por **dolo de terceiro**, se a parte a quem aproveite dele tivesse ou devesse ter conhecimento; em **caso contrário**, ainda que subsista o negócio jurídico, o terceiro responderá por **todas as perdas e danos da parte a quem ludibriou**.

Letra E: Errada.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% OFF: [CLIQUE AQUI AGORA!](#)

CC. Art. 138. São **anuláveis** os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade **emanarem de erro substancial** que poderia ser percebido por pessoa de diligência **normal**, em face das circunstâncias do negócio.

Gabarito: Letra A.

55) Carlos, Paulo e Jonas são credores solidários de João, da quantia de 30 mil reais. No vencimento da obrigação, João pagou a Carlos a quantia de 5 mil reais, restando não pago o saldo remanescente de 25 mil reais.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A) Uma vez efetuado pagamento parcial a Carlos, Paulo e Jonas não poderão demandar a João o pagamento do saldo remanescente.
- B) Caso Paulo demande individualmente a João em relação ao saldo remanescente e obtenha julgamento contrário, o resultado do julgado atingirá Carlos e Jonas.
- C) Enquanto Carlos, Paulo ou Jonas não demandarem a João, a qualquer daqueles poderá este pagar o saldo remanescente.
- D) O pagamento efetuado por João a Carlos, ainda que parcial, extingue por completo a dívida frente a este, cabendo somente a Paulo e Jonas cobrar o saldo remanescente.
- E) Carlos, apesar de ter recebido pagamento parcial de João, nada responderá a Paulo e Jonas, uma vez que o montante pago sequer alcançou a sua quota do crédito.

Comentário:

Letra A: Errada.

CC/02 Art. 267. Cada um dos credores solidários **tem direito a exigir do devedor o cumprimento da prestação por inteiro.**

Letra B: Errada.

CC/02 Art. 274. O **julgamento contrário** a um dos credores solidários **não atinge os demais**, mas o **julgamento favorável aproveita-lhes**, sem prejuízo de exceção pessoal que o devedor tenha direito de invocar em relação a qualquer deles.

Julgamento	
Contrário a um dos Credores Solidários	Favorável a um dos Credores Solidários
Não atinge os demais.	Aproveita os demais credores.

Letra C: Correta.

CC/02 Art. 268. Enquanto alguns dos credores solidários não demandarem o devedor comum, a **qualquer daqueles poderá este pagar.**

Letra D: Errada.

CC/02 Art. 269. O pagamento feito a um dos credores solidários **extingue a dívida até o montante do que foi pago.**

Letra E: Errada.

CC/02 Art. 272. O credor que tiver remitido a dívida ou recebido o pagamento **responderá aos outros pela parte que lhes caiba.**

Gabarito: Letra C.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

56) Segundo prescreve o Código de Processo Civil, ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz

- A) atuará de forma a resguardar a proporcionalidade, a razoabilidade e a eficiência, para que se garanta a realização dos fins sociais e das exigências do bem comum, mas apenas em ações que tenham como parte pessoas hipossuficientes.
- B) decidirá sempre com base na equidade, que abrange a proporcionalidade e a razoabilidade, as quais constituem princípios expressos na Constituição Federal.

C) abster-se-á de utilizar a proporcionalidade e a razoabilidade, pois são instrumentos de ponderação de princípios constitucionais, não sendo facultado ao juiz, na aplicação da lei, utilizá-los, devendo extrair do próprio comando legal as regras a serem aplicadas.

D) atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.

E) restringir-se-á a aplicar os princípios constitucionais quando explicitados pelo legislador em regras legais, sendo-lhe permitido apenas em caso de omissão ou lacuna da lei aplicar a proporcionalidade e a razoabilidade.

Comentário:

Letra A: Errada.

O juiz atuará de forma a resguardar a proporcionalidade, a razoabilidade e a eficiência, para que se garanta a realização dos fins sociais e das exigências do bem comum em qualquer processo.

Letra B: Errada.

CF/88. Art. 140. O juiz não se exime de decidir sob a alegação de lacuna ou obscuridade do ordenamento jurídico.

Parágrafo único. O juiz só decidirá por equidade nos casos previstos em lei.

Letra C: Errada.

O juiz deve utilizar a proporcionalidade e a razoabilidade.

Letra D: Correta.

CPC/15. Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o **juiz** atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.

Requisitos que o Juiz Atenderá
* Fins Sociais;
* Exigências do bem comum;
* Dignidade da pessoa humana;
* Proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.

Letra E: Errada.

O juiz deve aplicar quaisquer princípios, constitucionais, infraconstitucionais, expressos ou implícitos, havendo ou não omissão ou lacuna da lei.

Gabarito: Letra D.

57) No que concerne às regras processuais que disciplinam a cooperação jurídica internacional, o Código de Processo Civil (CPC) determina que

A) não se exige previsão em tratado ou reciprocidade manifestada por acordo pela via diplomática, para homologação de sentença estrangeira.

B) o Ministério Público deve exercer o papel de autoridade central tanto nos casos de sua competência quanto nas hipóteses em que não haja designação específica para essa função.

C) o princípio da publicidade processual pode ser excepcionado somente nas situações de sigilo previstas em nosso ordenamento jurídico.

D) o auxílio direto deve ser ajuizado na justiça estadual se a medida decorrer diretamente de decisão de autoridade jurisdicional estrangeira submetida a juízo de deliberação no Brasil.

E) na concessão do exequatur à carta rogatória passiva, procedimento que se desenvolve perante o Supremo Tribunal Federal, é vedada a revisão do mérito da decisão estrangeira.

Comentário:

Letra A: Correta.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% OFF: [CLIQUE AQUI AGORA!](#)

CPC/15. Art. 26. A cooperação jurídica internacional será regida por **tratado** de que o Brasil faz parte e observará:

(...)

§ 1º **Na ausência de tratado**, a cooperação jurídica internacional poderá realizar-se com base em **reciprocidade**, manifestada por via diplomática.

§ 2º **Não se exigirá a reciprocidade** referida no § 1º para **homologação de sentença estrangeira**.

Letra B: Errada.

CPC/15. Art. 26. A cooperação jurídica internacional será regida por **tratado** de que o Brasil faz parte e observará:

(...)

§ 4º O **Ministério da Justiça** exercerá as funções de **autoridade central** na ausência de designação específica.

Letra C: Errada.

CPC/15. Art. 26. A cooperação jurídica internacional será regida por **tratado** de que o Brasil faz parte e observará:

(...)

III - a publicidade processual, **exceto nas hipóteses de sigilo** previstas na legislação brasileira ou na do Estado requerente;

Letra D: Errada.

CPC/15. Art. 28. Cabe auxílio direto quando a medida **não decorrer diretamente de decisão de autoridade jurisdicional estrangeira** a ser submetida a juízo de delibação no Brasil.

CPC/15. Art. 34. Compete ao **juízo federal** do lugar em que deva ser executada a medida apreciar pedido de auxílio direto passivo que demande prestação de atividade jurisdicional.

Letra E: Errada.

CPC/15. Art. 36. O procedimento da **carta rogatória perante o STJ** é de jurisdição contenciosa e deve assegurar às partes as garantias do devido processo legal.

§ 1º A defesa **restringir-se-á à discussão** quanto ao atendimento dos requisitos para que o pronunciamento judicial estrangeiro produza efeitos no Brasil.

§ 2º **Em qualquer hipótese, é vedada a revisão do mérito** do pronunciamento judicial estrangeiro pela autoridade judiciária brasileira.

Jurisdição Voluntária x Jurisdição Contenciosa	
Jurisdição Voluntária	Jurisdição Contenciosa
<ul style="list-style-type: none">* Natureza administrativa;* Criação de situações jurídicas novas;* Não há conflito de interesses (lide) entre os interessados;* Não existe ação;* Não há sentença, e sim de uma forma de administração pública participar de interesses privados.	<ul style="list-style-type: none">* Natureza Jurisdicional;* Há existência de ameaça ou violação a direito;* Há lide (conflito de interesses), existindo partes em polos contrários (Autor x Réu);* É substitutiva e imperativa, pois prevalece a sentença em relação à vontade das partes;* Há ação, sentença e coisa julgada material (sobre o direito) e formal (sobre o processo);

* Não existe coisa julgada material, apenas formal.	* O Juiz só pode estabelecer a sentença naquilo que foi pleiteado pelas partes.
* Consiste em um procedimento .	* Consiste em um processo .

Gabarito: Letra A.

58) Acerca da capacidade processual para estar em juízo, assinale a opção correta.

- A) Ambos os cônjuges casados sob o regime de separação absoluta de bens serão necessariamente citados para propor ação que verse sobre direito real imobiliário.
B) O juiz nomeará defensor público como curador especial ao réu revel citado por edital, enquanto não for constituído advogado.
C) Os estados e o Distrito Federal serão representados em juízo, ativa e passivamente, por seus governadores.
D) A pessoa jurídica estrangeira será representada em juízo, ativa e passivamente, pelo seu acionista majoritário.
E) A União será representada em juízo, ativa e passivamente, pelo ministro da justiça.

Comentário:

Letra A: Errada.

CPC/15. Art. 73. O cônjuge necessitará do **consentimento** do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, **salvo** quando casados sob o regime de separação **absoluta** de bens.

§ 1º **Ambos** os cônjuges serão **necessariamente** citados para a ação:

I - que verse sobre direito real imobiliário, **salvo** quando casados sob o regime de separação absoluta de bens;

Letra B: Correta.

CPC/15. Art. 72. O juiz nomeará **curador especial** ao:

I - **incapaz**, se **não** tiver representante legal ou se os **interesses** deste **colidirem** com os daquele, enquanto **durar a incapacidade**;

II - **réu preso revel**, bem como ao réu revel **citado** por edital ou com hora certa, enquanto **não** for constituído **advogado**.

Parágrafo único. A curatela especial será exercida pela **Defensoria Pública**, nos termos da lei.

Curador Especial
Incapaz¹
- Não tiver representante legal; - Interesses do curador colidirem com o do curatelado.
¹ : Enquanto durar a incapacidade.
Enquanto não constituído advogado
- Réu preso revel; - Réu revel citado (edital ou com hora certa).

Letra C: Errada.

CPC/15. Art. 75. Serão representados em juízo, ativa e passivamente:

(...)

II - o Estado e o Distrito Federal, por seus procuradores;

Letra D: Errada.

CPC/15. Art. 75. Serão representados em juízo, ativa e passivamente:

(...)

VIII - a pessoa jurídica, por quem os respectivos atos constitutivos designarem ou, não havendo essa designação, por seus diretores;

Letra E: Errada.

CPC/15. Art. 75. Serão representados em juízo, ativa e passivamente:

I - a União, pela Advocacia-Geral da União, diretamente ou mediante órgão vinculado;

Gabarito: Letra B.

59) No que diz respeito ao tema litisconsórcio, assinale a alternativa correta.

A) O litisconsórcio será necessário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.

B) Nos casos de litisconsórcio passivo necessário, o juiz determinará ao autor que requeira a citação de todos que devam ser litisconsortes, dentro do prazo que assinar, sob pena de suspensão do processo.

C) Os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, exceto no litisconsórcio unitário, caso em que os atos e as omissões de um não beneficiarão os outros, mas os poderão prejudicar.

D) O litisconsórcio será unitário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.

E) A sentença de mérito, quando proferida sem a integração do contraditório, será nula se a decisão deveria ser uniforme em relação a todos que deveriam ter integrado o processo.

Comentário:

Letra A: Errada.

CPC/15. Art. 116. O litisconsórcio será **unitário** quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz **tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes**.

Letra B: Errada.

CPC/15. Art. 115. A sentença de mérito, quando proferida **sem a integração do contraditório**, será:

(...)

Parágrafo único. Nos casos de **litisconsórcio passivo necessário**, o juiz determinará ao autor que requeira a **citação de todos que devam ser litisconsortes**, dentro do prazo que assinar, sob pena de extinção do processo.

Letra C: Errada.

CPC/15. Art. 117. Os litisconsortes **serão considerados**, em suas relações com a parte adversa, **como litigantes distintos**, **exceto no litisconsórcio unitário**, caso em que os atos e as omissões de um **não prejudicarão os outros**, mas os poderão beneficiar.

Letra D: Errada.

CPC/15. Art. 114. O litisconsórcio será **necessário** por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença **depender da citação de todos** que devam ser litisconsortes.

Letra E: Correta.

CPC/15. Art. 115. A sentença de mérito, quando proferida **sem a integração do contraditório**, será:

I - **nula**, se a decisão deveria ser **uniforme** em relação a todos que deveriam ter integrado o processo;

Gabarito: Letra E.

60) Embora os atos processuais sejam públicos, os processos deverão tramitar em segredo de justiça quando

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% OFF: [CLIQUE AQUI AGORA!](#)

- A) tiverem como parte pessoa absolutamente incapaz.
- B) nele constarem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade.
- C) envolverem interesse de espólio.
- D) versarem sobre arbitragem, ainda que não haja sido estipulada cláusula de confidencialidade.
- E) tratarem de cobrança de créditos públicos.

Comentário:

CPC/15. Art. 189. Os atos processuais são **públicos**, **todavia tramitam em segredo de justiça** os processos:

I - em que o exija o interesse público ou social;

II - que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes;

III - em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade;

IV - que versem sobre arbitragem, **inclusive sobre cumprimento de carta arbitral**, desde que a confidencialidade estipulada na arbitragem seja comprovada perante o juízo.

Atos Processuais	
Regra	Exceção
São públicos .	Tramitam em segredo de justiça no caso de: <ul style="list-style-type: none">- Interesse público ou social;- Casamento;- Separação de corpos;- Divórcio;- Separação;- União estável;- Filiação;- Alimentos;- Guarda de criança e adolescentes;- Dados em relação à intimidade;- Arbitragem, inclusive cumprimento de carta arbitral.

§ 1º O direito de consultar os autos de processo que tramite em segredo de justiça e de pedir certidões de seus atos **é restrito às partes** e aos seus procuradores.

§ 2º O **terceiro** que demonstrar interesse jurídico **pode requerer** ao juiz certidão do dispositivo da sentença, bem como de inventário e de partilha resultantes de divórcio ou separação.

Gabarito: Letra B.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM **50% OFF**: [CLIQUE AQUI AGORA!](#)

Quantas questões você acertou?
Marque o @quebrandoquestoes no Instagram